

602

**P** SÉRIE S  
PRINCÍPIOS

Ruth Henig

# AS ORIGENS DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL 1933-1939



Prof. Felipe Pereira Loureiro

História das Relações Internacionais II

Aula / Cópias

## Introdução

Nos últimos 25 anos, surgiu enorme quantidade de material a respeito das origens da Segunda Grande Guerra. Grande parte dele tem-se centrado nos eventos dos meados e do final da década de 1930, embora, nos últimos anos, tenha havido um renovado interesse nos anos imediatamente posteriores à conferência de paz de Paris de 1919 e nos meados dos anos 1920. Não constitui tarefa fácil para os estudantes caminhar em meio a essa assustadora massa de material e chegar a uma visão clara das questões essenciais implicadas na deflagração da guerra em 1939. Não apenas existem centenas de volumes de papéis e documentos oficiais, que cobrem esse período, editados por diversos governos, como ainda ele é objeto de algumas controvérsias e debates históricos extremamente acirrados. Para pôr-se em posição de formar um juízo histórico equilibrado sobre as origens da guerra, os estudantes necessitam conhecer alguma coisa sobre as diversas interpretações que têm sido apresentadas e sobre a natureza das controvérsias a que têm dado origem.

O objetivo deste livro é apresentar, com a maior clareza possível, as razões da deflagração da guerra em 1939, exatamente vinte anos após a assinatura dos tratados de paz que

INTERPRETAÇÃO:  
HISTORIOGRAFIA  
ORIGENS  
2ª GUERRA

OBJETIVO  
LIVRO



puseram termo à Primeira Grande Guerra. Por que se terá mostrado tão frágil o acordo de 1919, a despeito dos fortes sentimentos de "guerra, nunca mais" manifestados com tanta determinação pelos inúmeros combatentes fatigados da guerra e por suas famílias nos anos imediatamente seguintes à guerra? Obviamente, nem todos os veteranos da Primeira Grande Guerra deram seu apoio aos tratados de paz, particularmente os que haviam lutado do lado que veio a ser o lado perdedor, e nem todos se opunham com muito vigor ao uso da força, no futuro, para mudar algumas ou todas as condições dos tratados de paz. Grande parte do material publicado concentrou-se em examinar até que ponto um certo cabo, austríaco de nascimento, que serviu no exército alemão durante a Primeira Grande Guerra — Adolf Hitler — deveria ser responsabilizado pela eclosão da Segunda. É evidente que ele não agiu isoladamente, e os historiadores têm considerado, também, as ambições e os motivos de líderes nacionais da mesma época, e as tradições e os objetivos das políticas de seus respectivos governos. A estrutura deste livro reflete a natureza do debate histórico que se tem verificado até o momento a respeito desse assunto. Ele está dividido em três capítulos, o primeiro dos quais considera as causas longínquas da guerra, tais como a fragilidade política do acordo de pós-guerra, as debilidades econômicas das mais importantes potências européias nos anos 1920 e as divisões ideológicas que geraram tensões sociais e políticas tão fortes dentro de cada país e em escala mundial.

O segundo capítulo descreve as sucessivas crises que levaram, finalmente, à deflagração da guerra, em 1939. Considera as ambições européias e mundiais da Alemanha após 1919 e o impacto da ascensão de Hitler ao poder. Examina o programa de rearmamento de Hitler e a remilitarização da Renânia, em 1936, e considera a importância da Guerra Civil Espanhola e as crises da Manchúria e da Abissínia. A seguir, focaliza a crise do *Anschluss*, de 1938, a crise tchecos-

lovaca e o que veio depois dela, a conclusão do pacto nazissoviético e a deflagração da guerra contra a Polônia.

O terceiro capítulo examina as diversas interpretações das causas da Segunda Grande Guerra, que têm sido apre-sentadas por historiadores a partir de 1945. Terá sido Hitler um psicopata degenerado, como o descreveu, em 1938, o rei Vítor Emanuel, cujas políticas não podiam senão resultar em guerra, mais cedo ou mais tarde, ou sua política exterior foi "a dos que o antecederam, dos diplomatas profissionais no ministério do Exterior e, de fato, de virtualmente todos os alemães" (A. J. P. Taylor)? Poderiam os dirigentes franceses ter evitado a guerra em 1939 se perseguissem políticas diferentes — por exemplo, atuando junto a Mussolini ou a Stálin? Tivessem eles contido Hitler em 1936, teriam podido manter-se firmes quanto à Tchecoslováquia no outono de 1938? Esse capítulo final não pretende oferecer respostas definitivas a essas questões, mas sim auxiliar os estudantes a formar suas próprias opiniões, coerentes e amadurecidas, a respeito dos principais pontos objeto de controvérsia e de debate.



## Causas longínquas

Muitos dos estudos sobre as origens da Segunda Guerra focalizam quase que exclusivamente os anos entre 1933 e 1939, começando com a nomeação de Hitler como chanceler alemão, a 30 de janeiro de 1933, e terminando com a declaração de guerra da Grã-Bretanha à Alemanha, a 3 de setembro de 1939, após a invasão alemã da Polónia. Contudo, muito embora os eventos desses seis anos sejam evidentemente essenciais para qualquer avaliação das razões da eclosão da guerra em 1939, não podem oferecer uma explicação completa. Significativamente, E. H. Carr denominou "The Twenty Years' Crisis" ["A crise de vinte anos"] seu estudo sobre as relações internacionais do período entre guerras (escrito pouco depois da eclosão da Segunda Grande Guerra). Embora esse sentimento de crise tivesse, sem dúvida alguma, sido levado a seu mais alto ponto pela nomeação de Hitler como chanceler alemão, ele já existia com grande intensidade de nos anos 1920, e seus elementos foram espertamente explorados por Hitler a fim de ganhar o apoio popular e o poder político. Como veremos, as tensões sociais, as debilidades econômicas, as divisões ideológicas e a fragilidade política dos novos Estados da Europa oriental e do sudeste euro-

peu, tudo isso contribuiu para a impressão de uma Europa enfraquecida e dilacerada pela crise. E bem no coração da Europa continuava sem solução "o problema alemão".

[A. J. P. Taylor, em seu controverso estudo sobre as origens da Segunda Grande Guerra, afirma que a guerra estava "implícita desde o momento em que terminara a Primeira Grande Guerra", devido ao fracasso desta, quer em satisfazer as ambições alemãs, quer em esmagá-las completamente.] Sua opinião é de que "A Primeira Grande Guerra explica a Segunda e, na verdade, foi sua causa, na medida em que um evento causa outro". O livro de Taylor, publicado em 1961, foi severamente censurado por grande número de seus colegas historiadores, principalmente porque ele centrou sua atenção, não sobre Hitler, mas sobre as ambições expansionistas alemãs e sobre o malogro de sucessivos governos britânicos e franceses em cercá-las. Essas ambições, afirma ele, já estavam presentes antes da Primeira Grande Guerra e permaneceram com toda a intensidade por todo o período entre guerras. A derrota na Primeira Grande Guerra foi encarada como um revés temporário e, segundo Taylor, "a Alemanha lutou especificamente na Segunda Grande Guerra para reverter o veredicto da Primeira e para destruir o acordo que a esta sucedera".

Poucos historiadores aceitam essa análise do modo como ela é proposta. Discussões acirradas se têm travado a respeito das intenções e objetivos de grupos diversos na sociedade alemã: seriam as ambições dos oficiais do exército ou dos funcionários do ministério das Relações Exteriores alemão realmente as mesmas que as dos líderes nazistas? E seria o principal impulso da política externa alemã nos anos, 1930 simplesmente destruir o acordo de Versalhes, ou essa destruição seria apenas um primeiro passo de um programa que visava à dominação européia ou até mesmo mundial? Essas são questões que iremos examinar no capítulo 3 e, como veremos, a questão das origens da Segunda Grande Guerra é bem mais complexa do que Taylor nos poderia fazer crer.

TAYLOR

O QUE DIZER?

CRÍTICAS

A TAYLOR

DE UM LADO,

AUTORA

CONTRA

TAYLOR

SLIDE

1

VER

pag.

seguinte



DO OUTRO,  
AUTORA  
ÉLOGIA  
TAYLOR

1

? PROBLEMA

ALEMÃO

[IMPORTANTE]

Não obstante, Taylor está certo ao chamar nossa atenção para uma importante causa longínqua da Segunda Grande Guerra — a fragilidade do acordo de paz que se seguiu ao término da Primeira Grande Guerra e, de fato, o resultado inconclusivo daquele conflito. Como assinalou ele, “A Primeira Grande Guerra deixou ficar sem solução ‘o problema alemão’ [...] la Alemanha continuou a ser, de longe, a maior potência da Europa continental, com o desaparecimento da Rússia, mais ainda do que antes. Era maior em população. [...] Sua preponderância era maior ainda nos recursos econômicos de carvão e de aço”. O tratado de paz foi concluído com “uma Alemanha unida. Bastava que a Alemanha conseguisse uma modificação do tratado, ou que se livrasse dele inteiramente, para ressurgir tão forte, ou quase tão forte, quanto havia sido em 1914”. Além disso, a Primeira Grande Guerra deixara a Europa economicamente fraca e politicamente instável, com sua parte oriental fragmentada e exposta à dominação alemã ou russa. A vitória bolchevique na Rússia, entre 1917 e 1921, intensificou as divisões ideológicas e aguçou os conflitos sociais. Foi com a maior das dificuldades que as potências vitoriosas conseguiram afinal redigir um acordo de paz. Em menos de um ano, os Estados Unidos e a Itália desligavam-se dele, e a Grã-Bretanha e a França discordavam violentamente sobre como se deveria fazê-lo aplicar. Pois, como assinalou Taylor, o acordo de paz foi elaborado com o pressuposto de que uma Alemanha democrática e republicana iria cooperar para pô-lo em execução. Muitas de suas condições, relativas ao desarmamento alemão e ao pagamento de reparações, não podiam ser executadas sem o assentimento e a colaboração da Alemanha. Mas o novo governo de Weimar era demasiado frágil para garantir tal assentimento, e a Grã-Bretanha e a França viram-se diante do problema de ou impor pela força o tratado de Versalhes, ou concordar com condições mais suaves em troca de promessas alemãs de cumpri-las.

FRACQUEZAS  
ACORDO PAZ  
1ª GUERRA

VERSALHES  
NÃO ERA  
ACEITO NA  
ALEMANHA

Este foi o problema mais importante do pós-guerra: a Alemanha perdera a Primeira Grande Guerra, mas setores amplos e importantes da Alemanha do pós-guerra não admitiam aquela derrota, nem o acordo de paz que a ela se seguiu, como um resultado justo ou definitivo. Nenhum governo alemão dos anos 1920 podia concordar prontamente com as exigências do tratado aliado sem incorrer numa hostilidade pública amplamente disseminada. Entre os temas nacionalistas permanentes estavam “a vergonha de Versalhes”, a “mentira da culpa pela guerra” e “os criminosos de novembro”. Alegava-se que estes “havam apunhalado a Alemanha pelas costas”, fomentando manifestações e greves nas áreas industriais da Alemanha, impedindo, assim, que seu exército conquistasse a gloriosa vitória que estava tão perto de alcançar. O Partido Social-Democrata, que carregou a responsabilidade de assinar o *diktat* da paz e que tentou defender algum grau de aceitação de suas condições, perdeu o apoio eleitoral em consequência disso. Os partidos políticos mais à direita, que mantiveram o equilíbrio do poder na Alemanha durante a maior parte dos anos 1920, jamais esconderam sua hostilidade para com o acordo de Versalhes, nem sua intenção de agir para sua derrubada gradual, enquanto oficiais do exército conspiravam para fugir às cláusulas de desarmamento em conversações secretas com o governo bolchevique, e os industriais do Ruhr, recusavam-se a entregar à França as quotas de reparação exigidas de hulha e de carvão de coque. É bem verdade que, após 1924, Gustav Stresemann, ministro das Relações Exteriores alemão, desenvolveu uma política de “cumprimento” dos termos do tratado, mas apenas a fim de garantir uma revisão mais rápida daquelas cláusulas que influíam no acordo a oeste: antecipação da evacuação das tropas aliadas da Renânia e um ajuste para menos dos pagamentos de reparações. Uma vez que isso tivesse sido conseguido, evidentemente Stresemann tinha seus olhos voltados para os ajustes territoriais a leste. Não sabemos que

STRESEMANN

2

FIM DA  
GUERRA  
# 1918

COMO?



MAPAS

ELEMENTOS  
INACELTÁVEIS  
DE VERSALHES  
LESTE

RELACIONES C/  
AUSTRIA

UNIÃO

ADVANEIRA

ver p. 31

POPULAÇÕES

ALEMÃS

FORA DA ALE

ALE

CRESCERIA!

extensão teriam tido estes ajustes; mas o corredor polonês, Dantzig e a porção polonesa da Alta Silésia foram elementos do acordo territorial de 1919 que nenhum governo alemão dos anos 1920 e nenhum ministro do Exterior aceitaram se não como algo provisório. É significativo que os novos Estados da Polônia, Tchecoslováquia e Romênia fossem identificados na Alemanha como *Saisonsstaaten* — Estados nascidos para morrer no prazo de uma única estação: anuais, ao invés de perenes como a Alemanha ou a França. Depois, havia a questão das relações com a Áustria, onde muitos dos seus habitantes eram a favor da idéia de algum tipo de união com a Alemanha. [Em que momento a Alemanha suscitaria a possibilidade de uma colaboração econômica mais íntima com a Áustria, como prelúdio de uma parceria política?] A Áustria, a Polónia e a Tchecoslováquia continham, todas elas, grandes colônias de habitantes de fala alemã, que haviam desempenhado papel predominante, tanto política quanto economicamente, no antigo Império Habsburgo. Agora, constituíam minorias em Estados dominados por poloneses ou tchecos, ou eram habitantes de uma nação recém-criada, chamada "Áustria", da qual quase metade da população vivia na capital, Viena, muitos enfrentando dificuldades econômicas e desemprego. Qual seria a atitude da Alemanha em relação a essas populações de fala alemã que viviam para além de suas atuais fronteiras? Suas queixas e suas aspirações futuras eram realçadas pelos grupos nacionalistas extremados dentro da Alemanha, e nenhum governo alemão que procurasse manter seu eleitorado poderia ignorá-las. [Mais cedo ou mais tarde, teriam lugar revisões territoriais na Europa oriental, ou por acordo ou pela força, e a Alemanha recuperaria uma vez mais suas fronteiras anteriores a 1914 e possivelmente até mesmo se uniria com os alemães da Áustria e da Tchecoslováquia.] Estes não eram apenas sonhos vãos dos grupos extremados de direita da Alemanha, mas constituíam itens do programa político, seriamente discutidos por sucessivos governos de Weimar.

Não é de admirar que tais ambições alarmassem os dirigentes franceses. Um milhão e meio de franceses teriam sacrificado suas vidas na frente ocidental apenas para que se criasse uma Alemanha mais expansionista e dominante do que a que existira antes de 1914? A política francesa entre guerras era, pois, clara — conter a Alemanha o mais estritamente possível dentro do quadro de acordo de Versalhes, e conseguir obter a anuência de seus companheiros de vitória para que se fizessem cumprir as condições do tratado. Porém, nenhum de seus parceiros da guerra desejava ajudá-la. Os Estados Unidos haviam repudiado o acordo de Versalhes já em novembro de 1919 e não queriam qualquer envolvimento político nas lutas entre potências europeias. A Itália experimentou, no pós-guerra, uma série de convulsões sociais e industriais, que culminaram com a ascensão ao poder de Mussolini e de seu Partido Fascista. Sua opinião era de que a Itália não havia recebido os benefícios a que fazia jus por sua magnífica participação na guerra. Dirigentes italianos anteriores haviam se curvado diante da Grã-Bretanha, da França e dos Estados Unidos; como resultado disso, a nação italiana havia sido tratada com desprezo e só ganhara algumas migalhas territoriais insignificantes. Os fascistas iriam mudar tudo isso e tornar a Itália uma potência que seria respeitada e temida. A tentativa de Mussolini de conquistar Corfu, em 1923, mostrou de que modo esse novo *status* iria ser alcançado. Evidentemente, não se podia contar com a Itália para ajudar a França a conter a Alemanha, a menos que, em troca, a Itália recebesse apoio a seus próprios objetivos de expansão mediterrânea. O Japão também pretendia expandir-se na Manchúria e na China continental, e estava geograficamente muito distante para poder ajudar diretamente a França. A Rússia bolchevique, tendo sofrido a intervenção aliada e a guerra civil, estava tanto economicamente prostrada, quanto era politicamente suspeita, a lepra ideológica da Europa. Ainda que se houvesse desejado seu apoio nos anos 1920,

4

POSIÇÃO DA  
FRANÇA

NINGUÉM

QUERIA

APOIÁ-LA A

MANTER

VERSALHES A

QUALQUER

CUSTO

ITALIA

URSS



a Rússia soviética não tinha fronteiras comuns com a Alemanha e, desse modo, só poderia ajudar indiretamente nas políticas de contenção. Paralelamente a isso, partilhava com a Alemanha um interesse de longo prazo quanto ao destino dos novos Estados da Europa oriental, dos quais grande parte fora arrancada de antigos territórios russos; assim sendo, era concebível que a Rússia e a Alemanha trabalhassem em conjunto para solapar o acordo de paz como um todo. O tratado de Rapallo, de 1922, e um tratado posterior, de 1926, concluído entre os dois países, pareciam indicar que isso estava de fato acontecendo, para profundo desgosto da França. Sucessivos governos franceses lutaram para soldar os "Estados sucessores" do leste Europeu — Polônia, Tchecoslováquia, Romênia e Iugoslávia — em um "bloco" político coerente que pudesse manejar um poderio econômico e militar para dar sustentação ao acordo territorial. Contudo, havia entre eles divergências políticas e territoriais tão grandes quanto seu desejo de conter o ressurgimento alemão, russo ou húngaro, e todos eles enfrentavam graves problemas internos.

Com isso, restava somente a Grã-Bretanha, e esta se mostrou para sucessivos governos franceses uma aliada excessivamente egoísta. Suas preocupações principais pareciam ser a sobrevivência e o crescimento do Império Britânico e a recuperação do comércio internacional britânico. A primeira delas consumia a maior parte de toda a força militar e naval que ela possuía, deixando muito pouco de sobra para fazer cumprir o acordo de 1919. A segunda dependia de uma Europa pacífica e próspera, o que, por sua vez, precisava que a Alemanha estivesse satisfeita, ela que fora um dos mais importantes fregueses da Grã-Bretanha antes da guerra. Porém, para se considerarem satisfeitos, os governos alemães exigiam amplas revisões do tratado, o que levaria a uma considerável recuperação do poderio da Alemanha. Muita gente concordava com a opinião alemã de que certos aspectos do tratado eram, não só rigorosos demais, como vingativos, e deviam ser revistos.

URSS  
(cont.)

PEQUENA  
5  
ENTENTE

UK

Assim, a França atuava para conter a Alemanha e para aplicar estritamente o tratado; e a Grã-Bretanha, pela conciliação com a Alemanha e pela revisão do tratado, o que mantinha esses dois países em disputa constante e a Alemanha pronta para aproveitar-se do desentendimento. E no entanto o alvo de ambas as potências era o mesmo: sua preocupação maior era evitar a deflagração de outra guerra como aquela em que haviam afundado em 1914. Divergiam quanto aos meios para garantir uma paz duradoura, mas seu objetivo primordial era evitar a guerra e suas despesas militares destinavam-se à defesa e à repressão. Ambas essas potências estavam satisfeitas, em termos gerais, com o resultado da guerra no tocante a como esta atingira suas respectivas possessões territoriais. Ambos os governos precisavam de um longo período de paz para recuperar-se dos efeitos da guerra e ter de volta seu poderio político e econômico. A guerra exigira uma contribuição muito pesada em vidas humanas e em sérios prejuízos, e seu enorme custo causou terríveis problemas econômicos e sociais com que os governos do pós-guerra tiveram dificuldades de lidar.

As potências aliadas e associadas gastaram para vencer a guerra, duas vezes e meia mais do que gastaram seus adversários para perdê-la no caso da Grã-Bretanha e da França, apenas parte desse custo foi financiada por impostos e por bens disponíveis. A maior parte dos recursos financeiros foi levantada em empréstimos junto a investidores nacionais ou junto aos Estados Unidos, e o serviço dessa enorme dívida consumia, no início dos anos 1920, um terço ou mais dos orçamentos de cada um dos dois governos. Além do mais, devido aos efeitos econômicos da guerra disseminados por toda a Europa, houve violentas flutuações monetárias a curto prazo, que dificultaram a restauração do comércio internacional, e depreciação a longo prazo em relação ao dólar norte-americano. O retorno ao padrão ouro de antes da guerra, sobre o qual insistiram os Estados Unidos antes que o crê-

DESINTENDIM.  
UK - FRA

QUESTÃO  
REPARAÇÕES

GUERRA  
GASTOS GUERRA  
FRA E UK

DÍVIDAS EUA

QUEDA  
COMÉRCIO  
INTERNACIONAL  
PADRÃO - OURO

54 DE

7

P. 23 diz  
que FFA  
não foi  
favorável  
a cancelar  
dívidas



dito fosse posto à disposição dos governos europeus, obrigou a Europa a políticas econômicas deflacionárias que tiveram graves consequências sociais.

Antes de 1914, a Grã-Bretanha e a França já haviam experimentado agitações trabalhistas e conflitos industriais. Os primeiros anos do século XX haviam assistido ao crescimento e à consolidação dos sindicatos e à formação de partidos políticos que representavam os interesses do operariado organizado. O envolvimento na guerra e a necessidade de produzir munições em enorme escala aumentou a influência das organizações de trabalhadores, mas, ao mesmo tempo, a Revolução Russa de 1917 mostrou a perigosa ameaça que tais organizações podiam representar para a ordem política, social e econômica estabelecida. As elites tradicionais da Grã-Bretanha, da França e de toda a Europa sentiram que seu poder e sua situação se viam ameaçados pelas forças revolucionárias desencadeadas pela guerra. Os anos imediatamente após a guerra foram testemunhas de inúmeros embates sociais e econômicos contínuos entre empregadores e seus trabalhadores, e entre grandes proprietários de terra e seus arrendatários.

Essas lutas não se limitaram às fronteiras nacionais mas assumiram, também, dimensões internacionais de grande monta. A convocação pelos bolcheviques, do Segundo Congresso da Terceira Internacional, em Moscou, no verão de 1920, levou à formação de um bloco de partidos comunistas em escala mundial, cujos membros buscavam inspiração e orientação junto aos bolcheviques. Houve partidos de esquerda que se recusaram a restringir-se rigidamente pelas interpretações e instruções bolcheviques; com isso, as forças do operariado organizado fatalmente se dividiram, exatamente quando os empregadores e os proprietários de terra congregavam todo tipo de apoio que podiam arregimentar, incluindo o de bandos de soldados desmobilizados, para vencer o exasperado desafio dos trabalhadores. Assim, não só os paí-

COMUNISTAS  
E  
SOCIALISTAS

ses europeus se viram internamente enfraquecidos, num momento em que o pagamento de enormes dívidas de guerra e de reparações estava fadado a causar problemas de monta, como também houve o surgimento de um divisor de águas ideológico internacional, que atravessava as preocupações nacionais, o qual foi tornando-se cada vez mais importante à medida que se aproximava a década de 1930.

Assim, sucessivos governos, na Grã-Bretanha e na França, estiveram preocupados com problemas internos, tentando perseguir políticas que apaziguassem as forças do trabalho e contrapor-se à atração ideológica de Moscou. Na Itália, as divisões sociais e econômicas, e o malogro dos partidos políticos então existentes em encontrar maneiras de lidar com elas abriram caminho para a instauração de um governo fascista. Muitos dos países do Leste e do Sudeste europeus sucumbiram a ditaduras de direita de um ou outro tipo, ou se polarizaram, como a Áustria, entre as forças da tradição, da terra e da liderança da Igreja, por um lado, e dos trabalhadores organizados, por outro. Durante os anos 1920, houve também tentativas de golpes de direita na Alemanha, e, embora não tivessem tido êxito na ocasião, a desvalorização maciça da moeda que atingiu a Alemanha em 1923 solapou a estabilidade social e causou indignação social e econômica generalizada.

As finanças alemãs só se estabilizaram depois da intervenção norte-americana e da concessão de substancial empréstimo norte-americano em 1924. Isso permitiu que a Alemanha pagasse reparações à França, à Grã-Bretanha e à Bélgica, ainda que em escala mais modesta do que aquela pela qual a França pressionara originalmente, e possibilitou que os antigos aliados pagassem suas dívidas de guerra aos Estados Unidos. Em mais de uma ocasião, o governo britânico sugeriu o cancelamento global dos débitos de guerra e reparações, mas nem o governo francês, nem o norte-americano foram favoráveis a essa solução. Os norte-americanos tam-

PLANO DAVES

O PERIGO  
DO COMUNISMO



bém não estavam dispostos a estender amplos créditos governamentais à Europa para ajudar no processo de reconstrução e de recuperação econômica. O que fizeram foi reduzir os juros sobre as dívidas de guerra, ampliar os prazos de pagamento e estimular investidores e empresas privadas a investir capital em firmas e países europeus. Esse tipo de investimento na Alemanha, entre 1924 e 1929, possibilitou que fábricas se reequipassem e que empresas industriais se ampliassem substancialmente.

A quebra de Wall Street, em 1929, teve, pois, um efeito catastrófico sobre os devedores europeus dos Estados Unidos. A medida que a depressão se aprofundou nos Estados Unidos e que os empréstimos foram resgatados, interrompeu-se o fluxo de recursos para a Europa e houve retirada de capital. Os investidores europeus, então, enfrentaram a crise desviando seu próprio dinheiro para portos mais seguros além-mar, ou realizando seus ativos. A Alemanha, a maior recebedora de empréstimos, não pôde deixar de ser seriamente atingida, juntamente com países como a Áustria e a Hungria, cujas economias haviam estado inseguras durante toda a década anterior. O desemprego na Alemanha, em março de 1929, já atingia a 2,8 milhões de trabalhadores registrados sem trabalho. Em fevereiro de 1931, havia perto de 5 milhões de pessoas desempregadas e, um ano depois, essa cifra subiu para mais de 6 milhões. O governo alemão, sob pressão política crescente, adotou políticas ortodoxas de deflação que resultaram em redução salarial e ainda mais desemprego. Embora tenha sido ajustado, no verão de 1931, que os pagamentos de reparações podiam ser temporariamente suspensos, a proposta alemã de estabelecer uma união alfandegária com a Áustria causou uma grita internacional que favoreceu o jogo dos nacionalistas extremados da Alemanha, os quais estavam ganhando apoio popular cada vez maior. Quando Hindenburg, o idoso presidente alemão, apresentou-se para a reeleição em 1932, o líder nacional-socialista, Adolf Hitler, obri-

gou-o a um segundo turno de votação, porque Hindenburg não conseguira obter maioria absoluta na primeira eleição. O próprio Hitler obteve o apoio de mais de 13 milhões de eleitores dispostos a acreditar em suas espalhafatosas afirmações de que as desgraças sofridas tão agudamente pelo povo alemão eram resultado das iniquidades do tratado de Versalhes e da conspiração internacional de comunistas judeus. Essa enorme massa de adeptos impressionou os líderes do exército e os políticos nacionalistas de direita desejosos de formar um governo forte. Isso se repetiu nas eleições para o Reichstag, quatro meses depois, quando os nacional-socialistas obtiveram 13,7 milhões de votos e 230 cadeiras. Nas diversas eleições realizadas na Alemanha em 1932, os nazistas conseguiram uniformemente um terço ou mais dos votos, demonstrando que se haviam tornado uma ameaça política séria para os partidos políticos mais tradicionais, que enfrentavam também uma subida do apoio aos comunistas. Membrós importantes do governo alemão, entre os quais o líder do exército Kurt von Schleicher e o bem relacionado nobre católico Fritz von Papen decidiram que o desafio nazista podia ser refreado se se levasse para o ministério um ou dois líderes nazistas. Depois de uma difícil negociação, entre fins de 1932 e janeiro de 1933, Hitler foi convidado para ser o chanceler num gabinete de coalizão, em que havia dois outros membros do partido nazista, juntamente com representantes dos mais conhecidos e tradicionais partidos de direita e de centro-direita. Hindenburg relutou em concordar com a inclusão no gabinete do “cabo da Boêmia” arrastado a dar sua anuência. “Nós vamos enquadrá-lo” foi a declaração confidencial de um chefe de partido tradicional a respeito da nomeação de Hitler. Esse seria um dos mais retumbantes erros de julgamento político de todos os tempos.

Não se pode afirmar com certeza que Hitler deveu sua ascensão política inteiramente aos efeitos da depressão na Ale-

ASCENÇÃO  
ELEITORAL  
dos NAZISTAS

ASCENÇÃO  
Hitler

RISE 1929



manha, muito embora os indícios pareçam sustentar essa interpretação. Evidentemente, os nazistas, sob a liderança de Hitler, estavam bastante organizados para que tivessem explorado qualquer tipo de crise interna, embora não se possa saber se isso teria resultado numa sustentação eleitoral de tal amplitude ou, talvez, implicado numa tomada do poder pela força. Teria o sistema Weimar de governos de coligação sobrevivido sem a depressão? Estaria ele se enraizando no final dos anos 1920, ou estariam as divisões internas se tornando cada vez mais irreconciliáveis? Seria equivocado considerar os anos de 1924-9 como os "anos dourados" de paz e de esperança na história da Alemanha e da Europa do entre-guerras. Problemas sem solução continuavam a existir e as tensões persistiam. Por outro lado, problemas e tensões eram contidos pelas diversas coalizões governamentais, e os desafios da direita e da esquerda não representavam ameaças sérias. Foram necessários três anos de graves transtornos econômicos e infortúnios sociais para produzir mudanças políticas substanciais por toda a Europa, entre as quais um governo de coalizão nacional na Grã-Bretanha e um chanceler nacional-socialista na Alemanha. Ironicamente, a situação econômica da Alemanha estava melhorando exatamente quando Hitler chegou ao poder. Ele pôde, por isso, reivindicar para si todo o crédito pela recuperação econômica.

WEIMAR  
TERIA  
RESISTIDO  
SE NÃO FOSSE  
A CRISE?

## 2

### Os anos de 1933-9

#### A consolidação do regime nazista

A ascensão aparentemente inextinguível de Hitler ao poder causou ansiedade tanto dentro da Alemanha quanto nos países vizinhos. Pois Hitler não era um líder partidário comum, e os nazistas não se comportavam como membros dos partidos políticos mais tradicionais. Punham grande ênfase no impacto visual e verbal — uniformes, emblemas, como a suástica, *slogans* interminavelmente repetidos. O uso da violência era parte integrante de sua luta pelo reconhecimento e pelo poder, e atraía tantos adeptos quanto os que repelia. O local de seus comícios não eram só os salões dos cafés e das cervejarias, mas também as esquinas e os espaços abertos das ruas, onde Hitler podia discursar a seus ouvintes e levá-los ao frenesi, enquanto seus guarda-costas armados agrediam os que discordavam e os adversários políticos. A mensagem do partido era simples: traidores dentro da Alemanha e inimigos externos haviam-na derrotado em 1918 e conspirado para mantê-la fraca desde então. Os nazistas exigiam que esses traidores fossem substituídos por patriotas alemães leais como eles, de modo que a Alemanha pudesse recuperar sua força

ASCENSÃO  
Hitler



e romper os grilhões de Versalhes. A Alemanha era o senhor natural do centro e do leste europeus, mas tivera essa posição negada por uma conspiração internacional organizada por judeus e comunistas. Com Hitler ao leme e os nazistas a seu lado, uma Alemanha maior, abrangendo todos os alemães, incluindo os que viviam fora das fronteiras alemãs da época, cumpriria seu destino pela instauração de um Reich de Mil Anos.

Os que haviam lido *Mein Kampf* (*Minha luta*), escrito por Hitler durante sua prisão na fortaleza de Landsberg, após seu prematuro lance pelo poder no complô da cervejaria de Munique, em fins de 1923, encontrariam essas idéias desenvolvidas detalhadamente. Os dois temas que obcecavam Hitler naquele momento eram a raça e a garantia de espaço vital (*Lebensraum*) agricolamente produtivo para o povo alemão. Hitler estava convencido de que as raças se degeneravam ao se misturarem e que o único modo de a raça alemã conservar sua vitalidade e, assim, defender seu futuro, era garantir a própria pureza. Suas opiniões haviam sido moldadas pelos anos que vivera em Viena, na virada do século, quando, ainda jovem, sofreu a influência da propaganda ditatória radical vienense. Desenvolveu sentimentos antieslavos e tornou-se violentamente anti-semita. Formou a opinião de que a influência judia, em termos raciais, era a mais perniciosa, se não fosse controlada, resultaria numa "tuberculose racial da nação". Assim, a raça alemã devia ser protegida contra o contato com os judeus, os eslavos, ou qualquer outro sangue inferior, para que se pudesse estabelecer como uma força dominante.

O segundo requisito era o de espaço vital apropriado para sustentar a raça alemã e permitir sua expansão — pois uma raça que não pudesse se expandir estava fadada a sucumbir a uma morte lenta, enquanto outros povos tomavam a iniciativa. Esse espaço vital só podia encontrar-se a leste do território de então da Alemanha. Quando anexados pela Ale-

IDEOLOGIA  
NAZISTA

RAÇA

LEBENSRAUM

manha, seus habitantes não-alemães deveriam ser expulsos e deslocados para alguma outra parte. Uma vez que se houvesse garantido esse espaço vital para o povo alemão, estariam lançadas as bases do "Terceiro Reich". (O Primeiro Reich havia sido o Sagrado Império Romano medieval da "nação germânica"; e o Segundo, o Império Alemão instaurado por Bismarck, em 1871.)

Não havia nada de especialmente novo nas idéias de Hitler. Muitas delas circulavam comumente entre os grupos pan-germanistas de Viena e de Munique, na virada do século, e a idéia da expansão territorial alemã para o leste sempre havia estado nos planos do alto-comando alemão da Primeira Grande Guerra. *Mein Kampf* não vendeu especialmente bem, e um segundo livro de Hitler, escrito em 1928, não foi publicado. Assim, foi pela utilização de maneiras novas e persuasivas de disseminar sua mensagem que Hitler marcou seu estilo — pela propaganda, pelo aspecto visual, pelo uso seletivo da violência, e por sua própria capacidade fenomenal, descoberta por seus chefes militares no início dos anos 1920, de conquistar e fascinar o público. A crise econômica na Alemanha, de 1929 em diante, ofereceu-lhe a oportunidade que queria, e ele não teve a menor intenção de deixá-la escapar.

Uma vez no poder, porém, continuaria ele com suas técnicas de agitação popular, ou iria acalmar-se, tornando-se um líder político mais ortodoxo? Iria estimular seus seguidores nazistas a prosseguir com seus excessos de violência, ou seriam eles desarmados e colocados sob controle da polícia? Buscaria pôr em prática as idéias de *Mein Kampf*, ou iria modificar as políticas que o haviam levado ao poder e procurar entendimento com os nacionalistas de direita mais tradicionais do ministério? Os primeiros seis meses de Hitler no poder deram uma indicação clara do provável resultado das lutas internas pelo poder.

Ele convocou imediatamente novas eleições para o Reichstag e conseguiu 44% de votos para os nazistas, median-



te uma combinação de propaganda, intimidação e violência, utilizando todo o aparelho do Estado no sentido de congregar o maior apoio possível por toda a Alemanha. Durante a campanha eleitoral, o Reichstag, sede do parlamento alemão, foi destruído por um incêndio que, imediatamente, Hitler afirmou haver sido o primeiro passo de uma conspiração comunista para derrubar o governo e transformar a Alemanha num Estado comunista. Na verdade, não há indício algum que sustente essa acusação, e na época circularam boatos de que aquilo fora obra de agentes nazistas para desacreditar os comunistas. Mais recentemente, tem havido especulações de que o anarquista holandês preso no local por ocasião do incêndio agia inteiramente por conta própria. Qualquer que seja a verdadeira explicação, o incêndio ofereceu a Hitler e aos nazistas a oportunidade de colocar-se como salvadores da Alemanha contra o Perigo Vermelho. Hitler persuadiu Hindenburg a expedir um decreto de emergência suspendendo os direitos fundamentais enquanto durasse a emergência, e esse decreto jamais foi revogado. Ele se voltou primeiro contra os comunistas e, a seguir, sucessivamente, contra os demais partidos políticos. O novo Reichstag aprovou uma autorização legislativa que permitia a Hitler e a seu governo prescindirem das formalidades e limitações constitucionais por quatro anos a fim de tratar dos problemas do país. Ao mesmo tempo, dentro dos diversos Estados da Alemanha, foram instalados comissariados do Reich para "manter a ordem" e expurgar do serviço público e, em especial, da polícia os "elementos não-confiáveis". No verão de 1933, todos os partidos políticos da Alemanha haviam sido dissolvidos ou suprimidos, ficando os nazistas como o único partido legal. Tiveram início ações para expurgar o serviço público de tal modo que se garantisse que seus membros fossem politicamente confiáveis e de cepa ariana pura, ou seja, de antiga descendência do nordeste e, desse modo, não-maculados pelo sangue semita. Quando se preparava para afastar-se

Hitler  
DA ASCENSÃO  
À DITADURA

de seu posto em Berlim, o embaixador britânico na Alemanha, sir Horace Rumbold, não deixou que pairasse qualquer dúvida no governo britânico a respeito do que se passava na Alemanha. Ele aludiu ao "desenvolvimento turbilhante da política interna de Hitler" que causava grande inquietação e apreensão nos círculos diplomáticos. "Tenho a impressão", continuava ele, "de que as pessoas que dirigem a política do governo de Hitler não são normais. Na verdade, muitos de nós temos a sensação de estar vivendo num país em que fanáticos, arruaceiros e excêntricos passaram a dominar, e há por certo um elemento de histeria nas políticas e nos atos do regime de Hitler".

O governo britânico observou apreensivamente o prosseguimento daquele turbilhão. Um ano após a nomeação de Hitler, os poderes de cada um dos Estados alemães haviam sido destruídos, o Reichstag não mais funcionava, a não ser como ribalta para o partido nazista, e os sindicatos estavam sendo absorvidos numa Frente Operária. Quando Hindenburg faleceu, no verão de 1934, Hitler assumiu a presidência, e a partir de então todos os membros das forças armadas alemãs tinham de prestar um juramento de lealdade pessoal a ele. Os campos de concentração, como o de Dachau, já haviam sido instalados na primavera de 1933, para cuidar dos inimigos políticos do Reich, e não demorou muito para que o número deles aumentasse, para cuidar dos judeus, dos ciganos, dos homossexuais, dos testemunhas-de-Jeová, dos criminosos comuns e de outros cujas características "negativas" pudessem ser obstáculo à ascensão alemã na direção da grandeza. Em 1935, foi promulgada uma lei "para a proteção do sangue e da honra alemães", já que a "pureza do sangue alemão constitui um pré-requisito da permanente existência do povo alemão". Em consequência dessa lei, os alemães de ascendência ariana pura eram proibidos de casar-se ou de manter relações sexuais com judeus, e eram desaconselhados a casar-se com não-arianos. Ao mesmo tempo, foi



declarado que somente os de sangue ariano podiam ser cidadãos alemães com plenos direitos políticos.

Muito embora a amplitude e as implicações da revolução interna de Hitler na Alemanha jamais tenham sido inteiramente apreciadas ou compreendidas no exterior, era evidente que, longe de tornar-se mais brando, Hitler tinha rigoroso controle dos acontecimentos e impunha as doutrinas nazistas em todas as esferas da vida alemã. Ao mesmo tempo, porém, ele era um líder democraticamente eleito que trazia novas esperanças e um recobrado amor-próprio à população alemã. O desemprego começou a diminuir e prosseguiu em sua tendência de queda com a instauração, por Hitler, de enormes programas de obras públicas, especialmente a construção de prédios públicos e de estradas de rodagem. A Alemanha voltou a ser de novo uma força que se deveria levar em conta no mundo, à medida que Hitler tornou claro que não se deixaria intimidar por outros dirigentes europeus e que, se eles não pudessem chegar a um acordo com ele a respeito de seus respectivos desarmamentos, a Alemanha começaria a rearmar-se, ilegalmente se necessário. Assim, juntamente com histórias sobre violência e sobre repressão política, chegavam relatórios sobre a popularidade de Hitler e sobre a firmeza de sua posição política, posição que se tornou inexpugnável após a eliminação de Roehm e de seus partidários, em junho de 1934.

Embora Hitler reconhecesse a necessidade de um corpo de segurança pessoal armado (conhecido como S.S.) e de uma força organizada de violentas tropas de choque nazistas (a S.A.), não estava disposto a permitir que essas forças para-militares ameaçassem a posição do exército regular, de cujo poderio e apoio ele necessitava tanto para a segurança interna quanto para a expansão externa. Como se avizinhasse um enfrentamento entre as ambições do líder da S.A., o agitado Roehm, apoiado por perto de 1 milhão de adeptos, e o poderio ciosamente resguardado da liderança do exército tradi-

HITLER NO  
COMANDO  
TOTAL

Noite dos  
Longos  
Punhais

cional, Hitler tramou com o exército para eliminar a ameaça que vinha de Roehm. Numa noite de violência e morticínio, posteriormente conhecida como a Noite dos Longos Punhais, Roehm e grande número dos que o apoiavam foram brutalmente assassinados, juntamente com adversários políticos e com parceiros não-confiáveis que Hitler desejava eliminar. Sem dúvida alguma, após 30 de junho de 1934, Hitler era senhor da Alemanha. A alguns observadores estrangeiros, pareceu que Hitler havia liquidado a ala revolucionária de seu partido e começava a atuar por meio das elites mais tradicionais. Mas pelo menos um dirigente estrangeiro avaliou bem o significado do evento e a crueldade da execução. Embora Stálin levasse a Rússia para a Liga das Nações, em setembro de 1934, e começasse a formular a doutrina das frentes populares contra o fascismo, começou também, astutamente, a ponderar sobre a possibilidade de chegar a algum tipo de ajuste com Hitler, caso se pudessem identificar interesses comuns.

Stálin não foi o único dirigente a equivocar-se quanto à consolidação da posição interna de Hitler. Mussolini sentiu-se lisonjeado pela atitude de deferência de Hitler para com o líder fascista mais antigo e por ter identificado as doutrinas nazistas alemãs aos dogmas do fascismo italiano. Ao mesmo tempo, considerava absurdas as doutrinas raciais nazistas e preocupava-se com as perspectivas de uma expansão territorial irrestrita da Alemanha. Sugeriu, por isso, em março de 1933, um pacto quadripartite entre a Grã-Bretanha, a França, a Alemanha e a Itália para começar a rever os tratados de 1919, no interesse da paz.

A chegada de Hitler ao poder e a proposta de Mussolini confirmaram os piores temores dos dirigentes franceses. O tradicional militarismo prussiano começava a atrelar-se às doutrinas fascistas agressivas, e o resultado não podia ser senão o aumento do poderio alemão, que, mais cedo ou mais tarde, se voltaria contra a França. O governo francês conse-

TEMPORES  
ITA

FRA



guiu livrar-se da proposta de Mussolini insistindo em que a revisão do tratado só podia verificar-se de acordo com os procedimentos da Liga das Nações, especialmente o artigo 19, que estabelecia que a Assembleia da Liga podia aconselhar a reconsideração, pelos membros do Conselho da Liga, de "tratados que se houvessem tornado inaplicáveis", mas que a anuência de todos — incluindo a França — era necessária para que as mudanças pudessem efetivar-se. Ao mesmo tempo, o serviço secreto da aeronáutica francesa registrava que, no verão de 1933, a força aérea da Alemanha, legalmente não existente, teria mais de mil aviões, um terço dos quais sendo bombardeiros modernos. Em fins desse mesmo ano, as estatísticas da própria Alemanha revelavam que as despesas com armamentos, em 1934, seria 40% mais elevada do que nos dois anos anteriores e que a porcentagem do orçamento alemão destinada a assuntos militares se elevaria de 10,5% para 21%.

O governo britânico partilhava da preocupação de seu equivalente francês, atribuindo, porém, alguma culpa disso à intransigência francesa. Se o governo francês houvesse ao menos cooperado nos anos 1920 e início dos anos 1930 com o governo britânico para atender às justas reclamações alemãs, Hitler poderia jamais ter chegado ao poder. Na situação presente, um acordo a respeito da limitação de armamentos com ele devia ser considerado assunto de urgência, antes que tomasse a lei nas próprias mãos. Ironicamente, no exato momento em que Hitler começava seu programa de rearmamento ilegal, as forças armadas da Grã-Bretanha atingiam o ponto mais baixo do período entre guerras, com os efetivos do exército em cerca de 180 mil homens e a marinha limitada rigorosamente pelos tratados de Washington e de Londres. Desde a invasão da Manchúria pelo Japão, em 1931, é a atitude ameaçadora aos interesses britânicos em Xangai, em 1932, o governo britânico vinha se preocupando com a capacidade da marinha para proteger o domínio imperial no

Leste. O acréscimo de uma ameaça alemã ao *status quo* na Europa acentuava a vulnerabilidade britânica. Muito embora um programa de rearmamento estivesse em marcha lentamente a partir de 1934, levaria algum tempo até que se tornasse eficaz e, enquanto isso, era preciso empenhar-se com o maior esforço possível para chegar a algum acordo com a Alemanha a respeito dos níveis de armamentos e de uma revisão pacífica das fronteiras.

O governo francês considerava antes a contenção da Alemanha do que a conciliação, mas, embora o exército francês fosse mais do que o dobro do da Grã-Bretanha e pudesse ser aumentado para perto de 1 milhão de homens, pela convocação de reservistas, o planejamento militar voltava-se decididamente para a defesa. As energias militares da nação estavam sendo consumidas pela construção da linha Maginot, através da parte setentrional da Lorena, por detrás da qual se concentrariam tropas francesas para deter qualquer ofensiva alemã. A França só venceria a subsequente guerra de desgaste com a ajuda britânica e norte-americana e, por isso, era importante procurar atuar o mais estreitamente possível pelos meios com o governo britânico sem comprometer os interesses vitais franceses. Porém, o governo britânico desaprovou as alianças francesas com a Polônia e a Tchecoslováquia e estava decidido a manter abertas suas opções na Europa oriental. Além disso, ele só dispunha de tropas reduzidas para enviar à França, caso as tarefas de defesa do Império lhe permitissem deixá-las na reserva. Em acréscimo aos problemas da França, a linha Maginot, até então, só cobria a Lorena, deixando a França exposta a um ataque através da Bélgica. Embora a França e a Bélgica houvessem concluído um tratado em 1920, a existência dele causara tanto atrito dentro da Bélgica, entre os Waloons, de tendência francesa, e os Flemings, mais hostis, que, realmente, fora muito pouco o planejamento militar realizado entre os dois países. Do mesmo modo, não houvera discussões detalhadas com os alia-



dos da Europa oriental quanto à implementação de ajuda mútua no caso de uma agressão alemã. Se a estratégia francesa, no caso de um ataque alemão, era guarnecer as barricadas por trás da linha Maginot, que espécie de ajuda o exército francês seria capaz de oferecer, caso a Polônia ou a Tchecoslováquia se tornassem o primeiro alvo de um ataque? Não havia planos para ataques relâmpago contra cabeças-de-ponte na Renânia, ou ofensivas arrojadas que desviassem parte do exército alemão. Essa era uma grave falha do planejamento militar francês, que tornava ainda mais difícil a elaboração, pelo governo francês, de pactos no Leste europeu.

Enquanto a Grã-Bretanha estava, por isso, insistindo num acordo de limitação de armas com a Alemanha e procurando pressionar a França a fazer concessões substanciais, a França estava preocupada com a elaboração de um acordo no Leste europeu, segundo as linhas do tratado de Locarno de 1925, o qual incluía a Alemanha. Se isso falhasse, a criação de um pacto com a participação de seus aliados da Europa oriental, da Rússia e da Itália era vista com bons olhos como um meio para conter a Alemanha. O governo britânico apoiava a ideia de Locarno, para garantir, mediante acordos mútuos, as fronteiras na Europa oriental, como elas haviam sido garantidas na Europa ocidental, em 1925, mediante acordos entre a França, a Bélgica, a Alemanha, a Itália e a Grã-Bretanha. Contudo, se não se pudesse ter garantia da anuência da Alemanha, temia o estabelecimento de um bloco de Estados envolvendo a Alemanha. Advertiam que um envolvimento desse tipo poderia conduzir Hitler a algum ato desesperado de agressão. Sem a cooperação britânica quanto a medidas de segurança, os franceses não concordariam com maiores concessões quanto à limitação de armamentos.

A 14 de outubro de 1933, a Alemanha retirou-se da conferência para o desarmamento, denunciando-a como uma postura, e Hitler anunciou a intenção da Alemanha de se retirar da Liga das Nações. Poderia, porém, considerar seu re-

torno quando as reclamações da Alemanha fossem aceitas e se apresentassem propostas sérias para atendê-las. Notícias ainda piores estavam para chegar. Em janeiro de 1934, a Polônia, temerosa de que, em algum acordo entre a França e a Alemanha, se concluisse uma revisão do tratado em seu prejuízo, tornou-se o primeiro país a concluir um pacto de não-agressão com a Alemanha. De saída, teria a duração de dez anos. Evidentemente, o rearmamento alemão começava a ter seus efeitos sobre as estimativas políticas dos dirigentes da Europa oriental. A implementação das políticas nazistas na Alemanha e a evidente intenção de Hitler de construir um Estado alemão mais poderoso tinham seus efeitos sobre as comunidades alemãs por toda a Europa central e oriental. No verão de 1934, os nazistas da Áustria, clamando pela união com seus irmãos da Alemanha, foram responsáveis pelo assassinato do chanceler austríaco, Engelbert Dollfuss, numa tentativa de levar a cabo o desejado Anschluss.

Concordariam as principais potências da Europa com esse tipo de revisão do tratado pela força? Nem a Grã-Bretanha, nem a França possuíam qualquer acordo bilateral com a Áustria, embora, como membros da Liga das Nações, tivessem o compromisso de dar sustentação a sua independência política e integridade territorial. A potência mais importante da Liga com fronteira comum com a Áustria era a Itália e, enquanto Hitler hesitou, Mussolini agiu decididamente, deslocando suas tropas para o passo de Brenner, o principal acesso do sul para a Áustria. Desse modo, Mussolini deixou bem claro a Hitler que não estava disposto a ver o poder alemão expandir-se de maneira tão surpreendente e ameaçadora na direção da Itália; este seu gesto possibilitou que as autoridades austríacas estabilizassem a situação interna e, naquele momento, esmagassem a ameaça nazista. Estaria disposto Mussolini a ir mais além e concluir algum tipo de pacto político ou militar com a França e seus aliados da Europa oriental? Obstáculo a isso seriam as relações cada vez mais

FRA X  
PEQ. J  
ENTENB

1

DESEJOS FRA:  
NOVO LOCARNO  
ou.  
ALIANÇA ITA-FR

ALE SA DA  
LIGA X  
INICIA  
REARMAMENTO

3

ASSASSINATO  
DOLLFUSS  
AUS

MOMENTO-  
CHAVE

5

MUSSOLINI  
RESISTE!



Observações  
Aproximação  
FR - ITA

estreitas da Itália com a Hungria, e sua hostilidade para com a Iugoslávia, uma das associadas da França na Europa oriental. Outro obstáculo seria a aversão ideológica de Mussolini a relações mais estreitas com a Rússia, que a França desejava estabelecer. Além do que Mussolini tinha suas próprias ambições territoriais. A França apoiaria a expansão italiana na Albânia ou na África?

Apesar das dificuldades, os dirigentes franceses, especialmente o ministro das Relações Exteriores, Louis Barthou, trabalharam duramente durante o verão e o outono de 1934 para elaborar acordos políticos e militares que incluíssem tanto a Rússia quanto a Itália. Enquanto se mantinham conversações preliminares com a Itália, os franceses acharam necessário aliviar os temores iugoslavos e tentar promover melhores relações entre a Iugoslávia e a Itália. Foi para favorecer essa estratégia que o rei da Iugoslávia foi convidado a visitar a França em outubro. Ao chegar a Marselha, ele e Barthou foram derrubados pelas balas de um terrorista croata. O sucessor de Barthou, Pierre Laval, não permitiu que os boatos de cumplicidade italiana com as atividades do terrorista croata o dissuadissem de prosseguir buscando a amizade italiana. Em janeiro de 1935, Laval visitou Mussolini em Roma e concluiu inúmeros acordos referentes a assuntos coloniais e continentais. Em troca de um apoio para ampliar os interesses italianos na Abissínia, Mussolini dispôs-se a ajudar na elaboração de um pacto danubiano e a continuar a defender a independência da Áustria. As perspectivas de uma colaboração militar mais estreita pareciam brilhantes, especialmente quanto à utilização, pela França, das bases aéreas da Itália, que lhe possibilitariam ajudar seus aliados da Europa oriental em alguma crise futura. O plebiscito do Sarre, que teve lugar em janeiro de 1935, só fez acentuar a necessidade de a França e a Itália atuarem em conjunto para deter o poder alemão. Os habitantes do Sarre votaram esmagadoramente em favor de se incorporarem à Alemanha, ao invés de pas-

Acordos  
Laval -  
Mussolini

SARRE

sarem a fazer parte da França ou de continuarem sob a responsabilidade da Liga das Nações. Embora a votação, supervisionada por tropas sob o controle da Liga, se desenrolasse de maneira relativamente ordeira, a propaganda nazista foi extremamente espalhafatosa e as diatribes de Hitler a respeito do crescente poderio da Alemanha estavam cheias de ameaças.

## O rearmamento da Alemanha

Embora o tratado de Versalhes houvesse estipulado que o Sarre podia passar da supervisão da Liga para o domínio alemão após quinze anos, não estabelecia prazo algum para a limitação de armamentos da Alemanha. Havia restrições bem específicas do tratado de Versalhes relativas ao poderio militar e naval alemão, e a Alemanha estava proibida de ter força aérea. Contudo, ficou muito claro, em princípios de 1935, que a Alemanha estava criando uma força aérea de bom tamanho. Longe de dissimular esse fato, Hitler aproveitava toda oportunidade para mencioná-lo, dando a entender, durante todo tempo, que estava disposto a discutir a limitação de armamentos caso outras potências europeias fizessem o mesmo. Baldwin já prevenira o povo britânico de que, agora, a fronteira da Grã-Bretanha era sobre o Reno, no que dizia respeito à defesa europeia, e de que os bombardeiros sem pre a transporiam. Ao mesmo tempo, garantiu à Câmara dos Comuns que o poderio aéreo da Grã-Bretanha se baseava numa estimativa pelo menos de paridade com a força aérea mais forte da Europa. As informações vindas da Alemanha pareciam indicar que a força aérea alemã superava rapidamente o poderio da britânica, tanto em qualidade quanto em quantidade, e que havia planos de maior expansão. Depois de conversações com Laval, o governo britânico decidiu aceitar um convite de Hitler para que o ministro das Relações Exteriores, sir John Simon, e seu subsecretário, Anthony Eden, vi-



sitassem Berlim para debater a possibilidade de concluir um pacto aéreo e de conseguir um acordo sobre outras modificações do tratado de Versalhes. Porém, a visita foi adiada pelos alemães, após a publicação do Informe Oficial britânico, de 1.º de março de 1935, que propunha um aumento de 10 milhões de libras no orçamento das forças armadas, incluindo, como justificativa, ao "sentimento de insegurança" que recentemente se havia gerado na Europa. Goebbels, um dos mais íntimos correligionários de Hitler, nada fez para minorar essa sensação de insegurança, ao revelar ao correspondente estrangeiro do *Daily Mail*, a 9 de março, a instituição de uma força aérea militar sob controle de um ministério específico. Uma semana depois, os alemães anunciaram a reintrodução do serviço militar obrigatório para possibilitar a constituição de 36 divisões do exército num total de cerca de meio milhão de homens. Essa notícia veio um dia depois que o governo francês havia ampliado para dois anos o período de serviço militar obrigatório na França. Dez dias mais tarde, Simon e Eden foram recebidos em Berlim, e Hitler fez circular a possibilidade de um acordo de limitação aérea ou naval com a Grã-Bretanha, depois de alardear que sua *Luftwaffe* já alcançara o mesmo nível da *Royal Air Force*.

A Alemanha assim dava andamento, abertamente, a políticas de rearmamento, em flagrante contravenção ao tratado de Versalhes. Ademais, tornava-se claro que essas políticas estavam bem adiantadas e se destinavam a fortalecer as reivindicações da Alemanha quanto a outras modificações no tratado, que ela poderia conseguir pela força, caso não fossem negociadas pacificamente. Reconhecendo plenamente o desafio e a ameaça a longo prazo que isso representava, a Grã-Bretanha, a França e a Itália reuniram-se em Stresa, em meados de abril, e condenaram as medidas de rearmamento alemão que haviam ocorrido. Reafirmaram sua opinião quanto à independência da Áustria, comprometeram-se a sustentar os acordos de Locarno, incluindo a desmilitarização

SERVIÇO  
MILITAR  
OBRIGATÓRIO  
#ALE

6  
Front  
de Stresa

O que foi?

permanente da Renânia, e manifestaram sua oposição a violações unilaterais do tratado do tipo que podia pôr em perigo a paz na Europa. Sucederam, porém, frês eventos que vieram rachar essa frente unida e possibilitar que Hitler se beneficiasse das tensões resultantes. O primeiro foi o tratado concluído entre a França e a Rússia, em meados de maio; o segundo, o acordo naval a que chegaram a Grã-Bretanha e a Alemanha, em junho; e o terceiro, e mais grave, o projeto, há muito acarinhado por Mussolini, de expansão italiana na Abissínia, planejado para o outono.

Como já vimos, o ministro das Relações Exteriores frances, Barthou, havia desejado ardentemente estabelecer vínculos mais estreitos com a Rússia e também melhorar as relações com a Itália. O pacto da Polônia com a Alemanha e o crescente poderio militar alemão realçavam a importância de procurar alinhar a Rússia à Grã-Bretanha e à Itália, e o ingresso da Rússia na Liga das Nações, em setembro de 1934, pareceu marcar a primeira etapa desse processo. Porém, o sucessor de Barthou, Laval, não estava inclinado a concluir uma convenção militar plena, ou um pacto de ajuda mútua com o governo bolchevique. Sem contar as tensões que isso causaria com outros países do Leste europeu, poderia ter graves repercussões políticas internas que podiam enfraquecer o apoio eleitoral ao governo. Laval visitou Moscou em meados de maio de 1935. Retornou com um pacto de ajuda mútua previsto para efetivar-se apenas dentro dos quadros da Liga e dos acordos de Locarno, e com a promessa de um pacto paralelo que acarretava uma garantia soviética à Tchecoslováquia. Até mesmo essa fórmula aborreceu o governo britânico, uma vez que provocava temores de que o único beneficiário de uma luta armada contra Hitler seria a Rússia soviética. Mussolini continuou contrário à cooperação com um país comunista, e parcelas consideráveis das populações italiana e britânica sentiam-se mais atraídas por uma perspectiva da

7  
Fatores  
que  
Enfraqueceram  
Stresa

1  
Acordo  
Militar  
FRA-RUS

8



cruzada de Hitler contra o comunismo do que pela idéia de uma ajuda comunista para conter Hitler.

Se o namoro da França com a Rússia preocupava a Grã-Bretanha e a Itália, as conversações e o consequente acordo naval da Grã-Bretanha com a Alemanha ofenderam profundamente os governos francês e italiano. Em sua estada em Berlim, Simon convidara uma delegação alemã a ir a Londres para examinar, com funcionários e ministros britânicos, a possibilidade de chegar-se a um acordo a respeito da limitação de suas respectivas forças navais. A hostilidade de muitos políticos e servidores públicos britânicos para com a aliança franco-russa aumentou seu desejo de chegar a um acordo com a Alemanha como uma advertência à França contra sua agitada busca de políticas de envolvimento visando à Alemanha. Contudo, a situação no Extremo Oriente é que era o fator mais importante que impelia o governo britânico para um acordo naval com a Alemanha. O poderio naval britânico já estava plenamente comprometido pelas obrigações que tinha a cumprir. Era sabido que o Japão estava insatisfeito com as restrições navais dos tratados de Washington e Londres e que desejava renegociar seus termos. Isso podia deflagrar uma nova corrida naval com o Japão num momento em que se temia que Hitler começasse também a construir seu poderio naval. Membros importantes do ministério, particularmente o ministro da Fazenda, Neville Chamberlain, apressaram-se em chamar a atenção para o enorme esforço que seria exigido do Tesouro, caso uma nova corrida armamentista fosse desencadeada. Hitler propôs limitar a frota alemã a 35% de cada categoria da frota de superfície da Grã-Bretanha e a 45% da frota submarina, o que daria à marinha britânica uma superioridade sobre a Alemanha duas vezes maior do que em 1914 e lhe permitiria lidar com uma crise no Extremo Oriente sem temer por uma investida alemã no mar do Norte. Em visita a Londres, por ocasião do jubileu do rei George V, dirigentes dos domínios britânicos apres-

saram-se em fazer sentir aos ministros do governo a importância de um tratado naval que pudesse, ao mesmo tempo, minimizar a ameaça naval alemã e ajudar a conter uma possível ameaça japonesa.

Consequentemente, começaram em Londres, a 4 de junho, as discussões navais entre as duas potências, e as linhas gerais de um acordo foram ratificadas uma semana depois pelo ministério. Muito embora a França e a Itália expressassem suas objeções, o governo britânico foi em frente e concluiu o acordo a 18 de junho. Em suas considerações finais, Hoare e Ribbentrop declararam, em nome dos respectivos governos, que o acordo se destinava a facilitar um tratado geral sobre armamentos, especialmente sobre forças navais. Embora esse tratado possa ter sido militarmente desejado do ponto de vista britânico, foi politicamente inoportuno. Introduziu uma cunha entre a Grã-Bretanha, de um lado, e a França e a Itália, de outro, num momento em que era de importância fundamental que essas três potências atuassem de comum acordo. O governo britânico pôde proclamar ser possível negociar com a Alemanha nazista no campo da limitação de armamentos. Porém, no correr do processo, havia fechado os olhos à violação alemã do tratado de Versalhes, ao concordar em que a marinha alemã fosse consideravelmente maior do que o que estabelecia o tratado, e não havia procurado garantir-se da anuência antecipada dos outros signatários mais importantes, a França e a Itália. O que impediria, agora, que Hitler — fortalecido pelo conhecimento de que o governo britânico, se não o apoiava tacitamente, provavelmente não lhe ofereceria oposição muito ferrenha — repudiasse outras cláusulas do tratado?

Representaram um golpe para Mussolini tanto os indícios cada vez maiores dos objetivos expansionistas alemães, quanto a relutância britânica a contrapor-se a eles. Temia a perspectiva de uma Alemanha dominante perseguindo seus interesses econômicos e políticos no Oeste e no Sudeste eu-

99?

2.11

(2)  
ACORDO NAVAL  
UK-ALE  
(# CONTEXTO  
1ª GUERRA)



ropeus à custa da Itália. Ele próprio alimentara, durante anos, ambições de uma expansão colonial italiana. Este era o momento para a Itália hastear seu próprio império, numa clara indicação à Alemanha de que, embora o governo fascista italiano tivesse afinidades com muitos dos objetivos do governo nazista alemão, pretendia, não obstante, agir com energia para ampliar seus interesses no Mediterrâneo e no Sudeste europeu. Qual seria a reação dos governos britânico e franceses à expansão colonial italiana? Não há dúvida de que ambos esses governos haviam dado sua anuência à penetração econômica italiana na Abissínia na década anterior, mas de lá para cá a Abissínia se tornara membro da Liga das Nações e, portanto, todos os demais membros da Liga estavam comprometidos a defender sua independência política e integridade territorial. Contudo, os governos francês e britânico haviam deixado passar a oportunidade, na conferência de Stresa, de prevenir Mussolini quanto a algum tipo de oposição a seus planos. Na verdade, em suas conversas com Mussolini, em janeiro, parece claro que Laval expressara seu apoio à expansão colonial na África em troca do apoio italiano às políticas francesas para a contenção da Alemanha na Europa. Contudo, o problema era que, enquanto Laval pensava, sem dúvida, em termos de apoio a Mussolini para fortalecer a posição da Itália como "protetora" da Abissínia, Mussolini tendia cada vez mais para a perspectiva de uma gloriosa guerra de conquista.

Durante todo o verão de 1935, ficou claro que a Itália concentrava soldados junto à fronteira abissínia, preparando-se para uma invasão militar, assim que findassem as chuvas de verão. A Grã-Bretanha e a França iriam agir no cumprimento de suas obrigações para com a Liga, estabelecendo sanções econômicas contra a Itália, ou tentariam chegar a um acordo com Mussolini à custa da integridade da Abissínia e da credibilidade da Liga? Se uma linha dura resultasse em guerra contra Mussolini, será que a França apoiaria a Grã-

3  
INVASÃO  
ITALIANA  
ETIÓPIA

UK & FRA:  
Liga ou  
Itália?

Bretanha numa campanha naval no Mediterrâneo, e, se assim não fosse, quais as consequências disso sobre a posição naval britânica no Extremo Oriente? O governo britânico desconfiava de que Laval faria tudo que pudesse para reduzir ao mínimo a ação da Liga contra Mussolini, e de que não poderia contar com o apoio naval francês. Ao mesmo tempo, a consideração das opções políticas foi grandemente influenciada pela decisão de Baldwin de convocar eleições gerais, em novembro de 1935, e de conseguir o maior apoio político possível dando, no correr da campanha, o maior destaque ao compromisso do governo com a Liga das Nações. O público britânico foi levado a crer que a Grã-Bretanha daria seu apoio à Liga em medidas enérgicas contra Mussolini, cujas tropas invadiram, de fato, a Abissínia, em outubro de 1935. Contudo, com a eleição garantida, sir Samuel Hoare, que em junho substituíra Simon como ministro das Relações Exteriores, dirigiu-se a Paris para ver se seria possível chegar a um acordo com Laval sobre um conjunto de acertos territoriais e de ajustes econômicos que dessem a Mussolini uma grande parte do que ele desejava na África oriental, mantendo ainda uma Abissínia independente, ainda que mutilada. A negociação que fizeram em caráter preliminar vazou na imprensa francesa, e as notícias sobre esse "pacto Hoare-Laval" causaram tumulto na Grã-Bretanha. O governo foi obrigado a repudiar as negociações de Hoare, e este renunciou, sendo substituído por Eden, que era visto como um vigoroso defensor da Liga. O governo assumiu, então, a liderança em Genebra, exigindo sanções econômicas contra Mussolini e arastando atrás de si um relutante governo francês. Porém, os franceses não apoiariam sanções no fornecimento de petróleo e os britânicos relutavam em concordar com o fechamento do canal de Suez, medidas essas que teriam causado problemas importantes para o esforço de guerra italiano. A França não abandonara as esperanças de restabelecer a frente de Stresa, e a Grã-Bretanha não queria correr um sério risco

#  
→ CASO  
MUNICIPAIS  
Pacto  
HOARE - LAVAL  
DESAGRA DOU  
GREGOS E  
ITALIANOS  
10  
EMBARGO  
LIMITADO



de desencadear uma guerra naval no Mediterrâneo — muito embora os comandantes navais britânicos estivessem confiantes em que o resultado seria uma vitória britânica. Pois uma guerra desse tipo ameaçaria comunicações imperiais vitais, e o Japão não deixaria de explorar essa situação para levar avante suas ambições expansionistas na China. Assim, a ação da Liga foi abafada, do que resultou que as tropas italianas puderam dominar a Abissínia, esmagar a resistência com o uso de gás venenoso e de outras armas, e proclamar a conquista italiana de um país membro da Liga das Nações.

## A remilitarização da Renânia e a Guerra Civil Espanhola

Contudo, em vez de fortalecer a posição da Itália diante da Alemanha, a expansão colonial de Mussolini teve como resultado tornar a Itália cada vez mais dependente do apoio alemão. Hitler ficou satisfeito de ver os italianos envolvidos em aventuras militares na África, e a Alemanha forneceu armas aos abissínios para prolongar o conflito e solapar o poderio italiano. Ao mesmo tempo, a invasão da Abissínia separou a Itália da Grã-Bretanha e da França, e a consequente condenação da Liga deixou-a isolada e precisando de apoio político e de ajuda econômica da Alemanha. E enquanto a atenção das demais potências européias se concentrava em Mussolini e na Abissínia, Hitler decidiu que chegara o momento para a remilitarização da Renânia, num desafio às cláusulas do tratado de Versalhes que estabeleciam que a Renânia devia ser mantida livre de tropas ou de instalações militares alemãs.

A 7 de março de 1936, pequeno número de soldados alemães entrou na Renânia e Hitler anunciou que o governo alemão a remilitarizava devido à ameaça representada para a Alemanha pela aliança franco-russa que acabara de ser rati-

DESLEGITIMIDADE  
SEGURANÇA  
COLETIVA  
LIGA

REMILITARIZ.  
RENÂNIA  
MOSTRAR

↓ Ratificação Parlamento França

ficada pelo Senado francês. Hitler ordenara que apenas uma operação militar modesta efetuasse a remilitarização, por haverem os dirigentes militares manifestado seus temores de que uma manobra militar de grande vulto pudesse amedrontar os franceses, levando-os à mobilização de tropas e à intervenção militar na Renânia. Tanto Hitler quanto seus chefes militares desejavam evitar um conflito armado naquele momento, e Hitler apostou que os governos britânico e francês não se oporiam a um desafio alemão menor. A aposta deu certo, mas não porque aquilo fosse inesperado. A ação não foi surpresa para os governos francês e britânico, pois ambos já haviam sido antecipadamente prevenidos, muitas vezes, por seus serviços secretos e corpos diplomáticos. Ao contrário, a remilitarização era mais um desafio ao acordo de Versalhes e ao desejo do governo britânico de garantir uma revisão pacífica e ordeira das cláusulas do tratado. Pois o governo britânico já dera mostras de boa-vontade ao sugerir a Hitler que os ministros estavam dispostos a concordar com a remilitarização da Renânia como parte de um conjunto maior de medidas que incluiriam um pacto aéreo, a volta da Alemanha à Liga das Nações, uma revisão pacífica das fronteiras orientais da Alemanha e a devolução de antigas colônias alemãs. Hitler mostrara agora uma vez mais, como fizera com suas políticas de rearmamento, que preferia atingir seus objetivos antes mediante ação militar unilateral, do que pela participação em discussões diplomáticas multilaterais.

O governo francês estivera menos disposto do que o britânico a negociar a respeito do fim do *status* desmilitarizado da Renânia, que constituía um elemento da maior importância em seu sistema de segurança militar do pós-guerra, mas não fizera plano algum para contrapor-se à ação alemã. Não estava preparada para assumir a ofensiva militar e pouco disposta a agir sozinha. Infelizmente, o fiasco Hoare-Laval e as desavenças a respeito das sanções relativas ao petróleo contra Mussolini haviam deteriorado as relações com a Grã-

Posição  
UK

Ação  
UNILATERAL

Posição  
FRA



Bretanha e com a Itália, tornando por demais improvável a perspectiva de um empreendimento militar conjunto, como bem sabia Hitler. Um dia antes da remilitarização, a Bélgica e a França haviam denunciado seu tratado de garantias de 1920. Por isso, a despeito do fato de que o ato alemão violava não só o tratado de Versalhes, mas também o tratado de Locarno, livremente aceito pela Alemanha em 1925, Hitler podia estar firmemente confiante de que a reação das potências de Locarno não se faria ouvir.

Numa visão retrospectiva, muitos políticos e comentaristas afirmam que aquele foi o momento em que Hitler devia ter sido contestado, e que, depois de março de 1936, não podia mais ser impedido de mergulhar a Europa numa guerra. Naquele momento, tanto na Grã-Bretanha quanto na França, o sentimento popular era de que se deveria evitar qualquer ação que pudesse conduzir a hostilidades e à guerra. Como observou *lord Lothian*, afinal de contas os alemães estavam "apenas entrando no quintal deles mesmos". O início de uma campanha eleitoral na França levou os políticos a uma abordagem cuidadosa da crise. A violação pela Alemanha de suas obrigações segundo o tratado de Versalhes foi submetida pelo governo francês à Liga das Nações na esperança de que se pudessem invocar sanções econômicas contra a Alemanha. Porém, embora o ato da Alemanha fosse condenado, não se sugeriu qualquer punição. Ainda estavam em vigor as sanções contra a Itália, e muitos países estavam passando por uma difícil situação econômica: não desejavam agravar suas dificuldades econômicas pela interrupção do comércio com a Alemanha. Alguns países exigiram o retorno da Alemanha à Liga, de modo que as divergências pudessem resolver-se em Genebra. Hitler não descartou essa possibilidade para o futuro, mas, enquanto isso, as tropas alemãs permaneceram na Renânia e começaram a construir fortificações ao longo da fronteira com a França frente a frente com a linha Maginot.

Por que motivo não estariam os governos britânico e francês dispostos a tomar medidas mais enérgicas contra Hitler em 1936, quando ele demonstrara tão claramente sua intenção de destruir o acordo de Versalhes pela força, se necessário? Como expliquei em livro anterior (*O Tratado de Versalhes*), desde o início o governo britânico não estivera satisfeito com o acordo de Versalhes, por achar que ele era duro demais e, em certos pontos, injusto. No correr dos anos 1920, havia atuado no sentido de promover sua revisão, defrontando-se sempre com uma oposição francesa muito decidida contra qualquer mudança. Por isso, os governos britânicos e o povo inglês solidarizavam-se, em grande medida, com a decisão de Hitler de romper os grilhões de Versalhes e voltar a fazer da Alemanha uma das potências importantes da Europa.

A França lutou tenazmente para evitar e, depois, para conter essa evolução dos acontecimentos. Não podia, porém, contê-la sozinha, e havia malgrado de maneira singular em suas tentativas de forjar vínculos militares firmes com a Grã-Bretanha, a Itália ou a Bélgica. Havia conseguido concluir um acordo com a Rússia; este, porém, só oferecia a promessa de cooperação militar futura, enquanto ocasionava problemas políticos imediatos sob a forma de uma enérgica reprovção da Polônia, da Itália e da Grã-Bretanha. Sem a garantia de apoio militar por parte da Grã-Bretanha ou da Itália, da Bélgica ou de um aliado do Leste europeu, a França não estava disposta a desafiar Hitler em 1936.

Tanto na Grã-Bretanha quanto na França, mantinha-se muito forte a lembrança da devastação da Primeira Grande Guerra. Os sucessivos governos estavam decididos a fazer o que pudessem para evitar serem novamente arrastados a um conflito como aquele, e seus respectivos eleitorados davam firme sustentação a políticas destinadas à defesa e, no caso francês, à repressão. Na Grã-Bretanha, substancial desarmamento tivera lugar, em parte como consequência de reduções

SLIDE

12

COMPLETADO

11

JULIANA CHANCE P1 PARAR HITLER?

DESELEGITIMAR LOCARNO

Pacto SEGURANÇA REGIONAL

\*

PQ FRA

X UK

NÃO ACERTAM

NO CASO?

RENÂNIA?

UK

FRA



das verbas destinadas às repartições militares e, em parte, devido ao apoio generalizado a programas de limitação de armamentos, os quais, esperava-se, preservariam a paz. O apoio ao desarmamento e a uma política exterior baseada na Liga das Nações vinha das Igrejas, de membros de todos os partidos políticos e de muitos jornais de grande influência. Infelizmente, em meados dos anos 1930, uma convenção de desarmamento geral não teve a aprovação dos membros da Liga das Nações, e a Liga malogrou de maneira excepcional no tratamento de uma série de crises, entre as quais a invasão da Manchúria pelo Japão e a invasão da Abissínia pela Itália. Que outros meios se poderia encontrar para lidar com as reclamações de Hitler e, desse modo, evitar o perigo de ser arrastado a uma nova guerra?

Os Estados Unidos relutavam em deixar-se envolver, política ou militarmente, quer com a Liga das Nações, quer com a Europa. Do mesmo modo, o governo britânico relutava em atuar ao lado do governo bolchevique e procurava tenazmente ignorar sua existência. Os domínios britânicos insistiram junto a sucessivos governos britânicos para que não participassem de compromissos europeus, mas sim que assegurassem a defesa do Império continuava a ser sua primeira prioridade de militar e naval. Foi nessas circunstâncias que o governo britânico formulou o que veio a ser conhecido como uma política de "apaziguamento" para cuidar das reclamações nazistas. Em certo sentido, os governos britânicos haviam seguido políticas de apaziguamento para com a Alemanha desde 1919, ao atuar no sentido da revisão dos tratados de paz e do restabelecimento do poderio econômico e político alemão. Porém, o processo fora controlado pelo governo britânico, ficando a Alemanha muito mais na defensiva. Em meados da década de 1930, a Grã-Bretanha estava numa posição mais frágil para controlar o processo de revisão do tratado, e sob o comando de Hitler a Alemanha assumiu a ofensiva. Os governos britânico e francês têm sido duramente criticados por

Política  
Apaziguamento

concordarem com toda uma série de exigências alemãs e de, com isso, estimular as ambições territoriais de Hitler. Essa crítica tem sido dirigida particularmente a Neville Chamberlain, primeiro-ministro britânico de 1937 a 1940, que se afez firmemente a uma política de apaziguamento das reivindicações alemãs, mesmo diante de grandes provocações e intimidações dos nazistas. Embora, de lá para cá, alguns historiadores tenham afirmado que a anuência de Chamberlain às exigências de Hitler tornaram mais provável uma guerra europeia, todo o fundamento da política de Chamberlain era evitar a guerra. Ele não queria arriscar-se a um conflito a respeito das reivindicações territoriais nazistas nas Europas central e oriental, que considerava área legítima e tradicional para as ambições alemãs. Era solidário ao desejo de Hitler de reunir num só Reich as populações de fala alemã da Áustria, da Tchecoslováquia e Polônia. Encarava um Reich assim como uma forte barreira à expansão bolchevique para o oeste. Além disso, a criação de um acordo territorial e político estável na Europa permitiria à Grã-Bretanha dedicar-se a seus interesses comerciais ultramarinos e a manter suas posses imperiais, sem necessidade de participar de qualquer compromisso europeu.

A política de Chamberlain não passava sem contestação. Winston Churchill denunciava-a regularmente na Câmara dos Comuns e insistia na necessidade de um forte sistema de alianças e de um rearmamento rápido e amplo para deter Hitler. O governo francês era simpático à abordagem de Churchill, mas não se atrevia a ser por demais desagradável a Chamberlain, por medo de perder o apoio britânico e a esperança de ajuda britânica em algum conflito futuro. De todo modo, Churchill era uma voz solitária clamando por medidas de resistência contra a remilitarização alemã da Renânia e a união da Alemanha com a Áustria. Se a resistência trazia o risco de guerra, ela sofria grande resistência na Grã-Bretanha. Até mesmo o rearmamento, que ganhou ritmo no

13

APAZIGUAMENTO

Lógica

Política

CHAMBERLAIN

Oposição

CHURCHILL

NAS ERA

VOZ SOLITÁRIA

(IMPORTANTE)



final dos anos 1930, só era aceito como necessário a contragosto, no caso de Hitler passar a perseguir ambições mais grandiosas, tais como a dominação da Europa. Se havia alternativas realistas à política de apaziguamento em meados e no final dos anos 1930, os contemporâneos de Chamberlain relutavam muito em expô-las ou em especificar suas implicações e exigir que fossem postas em prática. Houve muito pouca oposição à política de apaziguamento seguida pelo governo britânico até depois do acordo de Munique, em outubro de 1938, e a essa altura Hitler já havia erguido a Alemanha como potência militar e territorial de grandes dimensões.

A eclosão da Guerra Civil Espanhola no verão de 1936 realça bem até que ponto os governos britânico e francês haviam sido empurrados para a defensiva. Na França, a Frente Popular de Blum, coalizão de socialistas, comunistas e radicais, acabava de assumir o poder, e lutava para construir uma força armada francesa num ambiente de grave depressão econômica. Não só a França não podia desperdiçar dinheiro, ou ajuda militar, em apoio ao governo republicano assediado, como ainda a discussão seria desse tipo de ajuda poderia deflagrar uma oposição política muito forte, particularmente depois que a Rússia começou a enviar armas para o lado republicano e agentes do *comintern* organizaram brigadas internacionais para lutar na Espanha. A Grã-Bretanha não desejava ser arrastada a mais uma área de conflito, e assim se inclinava a concordar com a França quanto a uma política de não-intervenção. Enquanto isso, Mussolini começou a enviar soldados italianos em grande escala para ajudar Franco, e a Alemanha forneceu equipamento aéreo e pilotos e muito aprendeu a respeito dos aspectos práticos da guerra aérea moderna. A Espanha foi transformada no campo de batalha de uma luta de amplitude européia entre as forças do socialismo e do comunismo, de um lado, e as forças do fascismo, do outro. A Grã-Bretanha e a França podiam tentar manter-

GUERRA  
CIVIL  
ESPANHOLA

se de fora, mas as repercussões da luta tiveram consequências profundas dentro desses dois países e por toda a Europa. A guerra arrastou-se por três anos, mas já em início de 1937 estava evidente que Franco estava firmemente instalado e que a França corria o grande perigo de se ver ameaçada por governos de tipo fascista por três de suas fronteiras. Seus problemas se complicaram com a declaração do governo belga de uma política de neutralidade em fins de 1936, e com a construção, na Renânia, da Linha Siegfried de fortificações alemãs, que, no caso de uma guerra, impediria totalmente que a França mantivesse contato militar com seus aliados do Leste europeu.

O avanço do fascismo foi realçado pelo pacto *anticomintern* concluído entre a Alemanha e o Japão, em novembro de 1936. Era dirigido ostensivamente contra a URSS, mas as relações aparentemente estreitas estabelecidas entre os dois governos representavam também grave ameaça ao Império Britânico. Essa ameaça tornou-se ainda maior quando a Itália aderiu ao pacto, em fins de 1937. A Guerra Civil Espanhola e a instauração do governo da Frente Popular de esquerda na França, seguindo bem de perto a aventura abissínia, haviam finalmente lançado Mussolini nos braços de Hitler. O resultado foi uma ameaçadora associação germano-italiana-japonesa. Em dezembro de 1937, os comandantes do estado-maior britânico advertiram que não conseguiam “fazer previsão do momento em que nossas forças de defesas estarão suficientemente fortes para salvaguardar nosso comércio, nosso território e nossos interesses fundamentais contra a Alemanha, a Itália e o Japão ao mesmo tempo [...] não se pode exagerar a importância, do ponto de vista da defesa do Império, de toda ação política ou internacional que se possa tomar para reduzir o número de nossos inimigos potenciais e para obter o apoio de aliados potenciais”.

Contudo, o ministério britânico tinha perfeita consciência de que a ameaça de agressão japonesa contra as posses-

Pacto  
Anti-  
Comintern



sões britânicas no Extremo Oriente não poderia ser contida apenas pela ação britânica. Precisava ser enfrentada também pelos Estados Unidos, mas a ajuda por parte destes parecia improvável, depois da aprovação da Lei da Neutralidade Norte-Americana de 1935. Mesmo depois da invasão da China pelo Japão, em 1937, o governo dos Estados Unidos não deu qualquer sinal de pretender agir coordenadamente com a Grã-Bretanha ou invocar sanções econômicas ou militares contra o Japão, e essa sua relutância em se deixar envolver no Extremo Oriente ou na Europa tornou, de fato, mais imperioso ao governo britânico tentar buscar um acordo com Mussolini ou com Hitler, se isso fosse possível. A conduta alternativa era o rearmamento em grande escala, o que seria enormemente mais dispendioso e poderia deflagrar uma corrida armamentista infinitamente mais perigosa do que a que ocorrera antes de 1914. Porém, seria possível conseguir um acordo em termos aceitáveis pelo governo britânico e seria ele resutado? Seria possível confiar em Hitler e Mussolini, ou seu apetite expansionista seria insaciável?

Hitler tinha bastante consciência de que a situação política e militar da Alemanha melhorava de modo impressionante no correr de 1936 e 1937, mas o desgaste econômico do país era enorme. Na primavera de 1936, a escassez de man-teiga e de carne começava a se fazer sentir, juntamente com a escassez de importações essenciais de matérias-primas e com a redução do comércio com o exterior. O presidente do Reichsbank alemão, Schacht, sugeriu que se moderasse o ritmo do rearmamento, para possibilitar a produção de mais bens exportáveis, e que se tomassem medidas para desvalorizar a moeda alemã e expandir o comércio exterior. Porém, a opinião de Hitler era de que o comércio exterior não podia resolver os problemas econômicos e políticos da Alemanha. Somente a obtenção de mais espaço vital e de terras agrícolas turáveis podia fazê-lo. Declarou que as forças armadas e a

NEUTRALIDADE  
EUA

Empurrou UK  
Apaziguam/0

Plano  
Supremacia

Hitler

1936

Preparação  
Guerra

economia alemãs deviam estar preparadas para a guerra dentro de quatro anos e, de acordo com isso, atribuiu amplos poderes a Goering, em agosto de 1936, para garantir que se atingisse esse estado essencial de preparação. No correr desse processo, a Alemanha deveria fazer todo o esforço para se tornar mais auto-suficiente, mediante o desenvolvimento de uma ampla gama de materiais sintéticos, a estocagem de matérias-primas essenciais e a conclusão de acordos comerciais bilaterais com países das Europas oriental e do sudeste, por meio dos quais a Alemanha se suprisse de alimentos e de matérias-primas em troca de manufaturas e de armamentos. A Romênia era alvo preferencial das tentativas de aproximação alemãs, pois podia fornecer suprimentos de petróleo, que era uma necessidade vital.

Por isso, Hitler salientava para seus companheiros políticos, chefes militares e funcionários a necessidade de a Alemanha obter espaço vital no leste da Europa, se necessário pela força. Numa seleta reunião em novembro de 1937, ele disse: "Não se trata de conquistar povos, mas sim de conquistar espaços agrícolas". Uma vez que os "odiosos inimigos" da Alemanha, a Grã-Bretanha e a França, tomariam medidas para deter a expansão alemã, era provável que a guerra viesse a ocorrer e, por isso, a Alemanha deveria ter planos de ação para o futuro próximo, enquanto aquelas duas potências ainda estivessem militarmente fracas. O primeiro objetivo seria "conquistar a Tchecoslováquia e a Áustria simultaneamente". Nem todos os comandantes e oficiais militares aprovaram esses objetivos ou acreditaram que estes pudessem ser alcançados sem graves riscos militares para a própria Alemanha. Contudo, dissidentes, como Blomberg, Von Fritsch e Neurath, foram implacavelmente destituídos do poder em fevereiro de 1938, quando Hitler se autoneomeou "comandante supremo" no exército alemão.

Ao governo britânico, Hitler falava do desejo dos alemães de toda parte da Europa oriental de se juntarem ao

Hitler:

Discurso

Auto

Definição

Povo Ale



Reich alemão, sentimento esse que ele não podia ignorar, e de sua aversão e desconfiança em relação ao comunismo e às ambições da Rússia bolchevique. Neville Chamberlain, que tomou o lugar de Baldwin como primeiro-ministro britânico, em maio de 1937, compartilhava desses sentimentos. Ele escreveu a uma de suas irmãs: "Claro que eles querem dominar a Europa oriental. Querem uma união com a Áustria tão estreita quanto puderem conseguir sem a incorporar ao Reich, e, em relação aos *Sudeten Deutsch*, querem exatamente a mesma coisa que nós quisemos com relação aos *uitlanders* no Transvaal". Chamberlain não se opunha a uma revisão pacífica no leste europeu, embora soubesse que o governo francês tentaria impedir isso. Estava disposto a chegar a um ajuste com Hitler a respeito de armamentos, de problemas do Leste europeu e da possível devolução das colônias alemãs. Ao mesmo tempo, continuava a apoiar políticas de rearmamento e procurava melhorar as relações com Mussolini, apesar de ter a Itália aderido ao pacto *anti-comintern* e anunciado, em dezembro de 1937, que ia deixar a Liga das Nações. Em fevereiro de 1938, Chamberlain chegou a um acordo com Mussolini, devido ao qual o ministro das Relações Exteriores, Eden, renunciou; segundo esse acordo, a Grã-Bretanha reconheceria a conquista italiana da Abissínia em troca da retirada de cerca de 10 mil soldados italianos da Espanha. Um mês depois, ele se viu diante da crise do *Anschluss*.

## O Anschluss com a Áustria e a crise tcheca

Desde 1934, o governo austríaco lutara para manter os nazistas austríacos sob controle e contida a influência alemã. Para ter êxito nisso, porém, precisava do apoio do governo italiano, que foi perdido depois de 1936. Em 1937, jornais nazistas circulavam livremente por todas as cidades austríacas mais importantes, e dois partidários do nazismo passa-

ram a fazer parte do ministério austríaco. O chanceler austríaco, Von Schuschnigg, estava perdendo o controle da situação política, e o embaixador da Alemanha em Viena, Von Papen, sugeriu que um encontro com Hitler podia colocar as relações futuras em bases mais claras. Depois da exoneração brutal de Blomberg, Von Fritsch e Neurath, Von Schuschnigg foi convidado a ir ao retiro de Hitler em Berchtesgaden, próximo da fronteira austríaca. Ali, foi recebido por Hitler da maneira mais hostil, sendo intimidado e ameaçado devido a sua suposta intransigência para com a Alemanha. Hitler insinuou que, se Von Schuschnigg não fosse mais conciliador com relação aos nazistas austríacos e não concordasse em indicar um deles para o ministério do Interior, não se responsabilizaria pelas consequências. Von Schuschnigg entendeu a insinuação e fez a nomeação requerida, mas anunciou, também, que faria realizar um plebiscito, a 13 de março, em busca do apoio dos austríacos em favor de uma "Áustria livre e germânica, independente e social, cristã e unida". Imediatamente Hitler exigiu o cancelamento do plebiscito, e a oposição se congregou em torno dos nazistas austríacos. Ao ver o exército alemão mobilizado e sem qualquer ajuda à vista para a Áustria por parte da Itália, da França ou da Grã-Bretanha, Schuschnigg renunciou, e as tropas alemãs entraram em Viena a 12 de março. Hitler voltou a Linz, sua cidade natal, e proclamou a união da Áustria com a Alemanha. As populações de fala alemã de Innsbruck, Salzburgo, Linz e Viena demonstraram muito entusiasmo com a chegada dos soldados alemães. As vozes divergentes foram logo silenciadas, e os comunistas e judeus receberam tratamento violento.

O *Anschluss* acirrou os sentimentos pró-germânicos na vizinha Tchecoslováquia, onde, na região fronteira dos Sudetos, havia grande concentração de habitantes de fala alemã. Estonteados com o choque do *Anschluss*, os dirigentes britânicos e franceses tinham agora de enfrentar as reivindicações dos líderes dos Sudetos pela incorporação à Alema-

ANSHLUSS

14

TCHECOSLOVÁQUIA

A LIGA  
PAZ ACORDO

UK



nhá de todos os súditos tchecos de fala alemã, ou por sua plena autonomia dentro do Estado tcheco. O governo tcheco recusou-se a tomar em consideração tais reivindicações, e em maio circularam boatos de que a Alemanha estava prestes a atacar a Tchecoslováquia. Os tchecos mobilizaram-se prontamente, mas não houve nenhum ataque alemão. Os governos britânico e francês respiraram aliviados, mas Hitler ficou furioso, crendo que o malogro da frustrada ação militar alemã havia feito dele um tolo aos olhos dos demais dirigentes europeus. A 28 de maio, disse a seus chefes militares e consultores políticos que, quando surgisse a próxima crise, a reação militar alemã seria adequadamente impressionante, e a Tchecoslováquia seria varrida do mapa. A data assinalada para a ação militar foi 1º de outubro de 1938.

O governo britânico trabalhou durante todo o verão para encontrar uma solução. Sugeriu que fosse enviado um mediador à Tchecoslováquia para manter conversações com o governo e com os alemães dos Sudetos e para procurar encontrar uma solução de compromisso pela qual os alemães teriam atendidas algumas de suas reivindicações de maior autonomia, porém dentro do quadro do Estado tchecoslovaco existente. Lord Runciman viajou para a Tchecoslováquia a 5 de agosto, mas sua missão foi um fracasso. O governo tcheco estava disposto a fazer concessões, mas não ao ponto de pôr em risco a unidade do Estado. Afinal de contas, ao lado de sua substancial minoria alemã, o país também continha grande número de eslovacos e números menores de poloneses e de húngaros. Se todos comessem a agitar a opinião pública em favor da independência ou da autonomia, não iria sobrar um Estado tchecoslovaco viável. O líder alemão dos Sudetos, Heinlein, enquanto isso, mantinha contato constante com Berlim e já havia definido sua tática para Hitler na primavera: "Devemos exigir sempre tanto, que jamais sejamos satisfeitos". Quanto mais concessões o governo britânico pleiteava junto ao governo tchecoslovaco, mais os alemães dos

Ultimato  
ALE: out/38

Sudetos exigiam. E por trás deles assomava a figura sinistra de Hitler, ameaçando enviar seus exércitos para garantir justiça para os Sudetos, caso não se conseguisse encontrar alguma solução para suas reclamações.

A decisão de Hitler de invadir a Tchecoslováquia causou enorme alarme nos círculos do governo e do exército alemães. O chefe do estado-maior do Exército, Beck, advertiu que a Grã-Bretanha e a França viriam em socorro da Tchecoslováquia e que a Alemanha seria derrotada. O ministro das Relações Exteriores afirmou que uma guerra seria calamitosa não só para a Alemanha, mas para a civilização europeia como um todo, e que os vitoriosos seriam "os contigentes não-europeus e as forças anti-sociais". A medida que se aproximava o 1º de outubro, data que Hitler marcara como a aprazada para o ataque, montou-se uma conspiração anti-Hitler, de que faziam parte oficiais do exército, diplomatas e nacionalistas conservadores. Um deles esteve em Londres para tentar convencer o governo britânico a declarar sua intenção de intervir militarmente, caso a Alemanha atacasse a Tchecoslováquia. Na grande assembleia anual do partido nazista em Nuremberg, a 12 de setembro, Hitler exigiu a autodeterminação para os alemães dos Sudetos. Isso provocou grande agitação na região dos Sudetos, mas o governo tcheco providenciou a imediata declaração da lei marcial e manteve a situação sob controle.

Nessa etapa crucial da marcha dos acontecimentos é que Neville Chamberlain fez sua fatídica intervenção. Estava esbarrecido com o fato de que a Europa parecesse estar à beira de outro conflito armado a propósito do pleito dos alemães dos Sudetos em favor da autodeterminação. Se a Alemanha invadisse a Tchecoslováquia, a França não poderia deixar de ajudar sua aliada do Leste europeu, e a Rússia também tinha obrigações, estabelecidas em tratado, de vir em auxílio da Tchecoslováquia. A Grã-Bretanha seria, então, arrastada atrás da França, e de novo tudo seria como em 1914. A 13

15

CHAMBERLAIN  
INTERVÉM



de setembro, Chamberlain informou o governo alemão de que estava disposto a ir até a Alemanha para discutir a crise pessoalmente com Hitler. Em conversações mantidas em Berchtesgaden, a 15 de setembro, os dois líderes chegaram a um acordo de que todo distrito da Tchecoslováquia com maioria de população alemã, que optasse pela autodeterminação, seria transferido pacificamente para o Reich alemão, e Chamberlain gastou toda a semana seguinte pressionando os governos francês e tchecoslovaco a concordar com essa proposta. Contudo, quando regressou à Alemanha, a 22 de setembro, para relatar seu êxito a Hitler, ficou totalmente perplexo quando um Hitler prepotente se apresentou diante dele com novas exigências, entre as quais uma ocupação militar alemã imediata de parte da Tchecoslováquia, plebiscitos em mais outras regiões e o atendimento às reivindicações polonesas e húngaras, bem como às alemãs. Isso foi além da medida para Chamberlain e para o ministério britânico, que resolveram então que devia ser posto muito claramente a Hitler que, caso a Alemanha atacasse a Tchecoslováquia, viariam em sua ajuda a França e a Grã-Bretanha. Ao mesmo tempo, Chamberlain fez contato com Mussolini para pleitear que este usasse sua influência junto a Hitler para convencê-lo a retomar as negociações e a não recorrer à força. A 29 de setembro, Chamberlain, Hitler, Mussolini e o primeiro-ministro francês, Daladier, reuniram-se em Munique, e chegou-se a uma solução de compromisso: a Alemanha ocuparia determinadas áreas da Tchecoslováquia em 1º de outubro, e uma comissão internacional definiria uma nova fronteira provisória em 10 de outubro, ficando a ocupação alemã até aquele limite. Evitara-se a guerra, à custa, porém, de obrigar a Tchecoslováquia a ceder à Alemanha importante área fronteiriça, o que a deixava vulnerável a futuras reivindicações polonesas e húngaras, bem como ao ataque do exército alemão. A Rússia fora deliberadamente excluída das conversações de Munique, embora tivesse compromissos de tra-

tado com a Tchecoslováquia, e a Grã-Bretanha e a França não haviam pedido sua opinião de modo algum. A França não fora capaz de garantir a integridade de sua aliada, e Daladier tinha bastante consciência do sentimento de vergonha experimentado por muitos franceses devido a essa traição. Chamberlain, no entanto, via as coisas pelo lado positivo. No dia seguinte ao acordo de Munique, havia conseguido fazer com que Hitler assinasse um documento concordando em resolver todos os assuntos de interesse recíproco mediante consulta, e isto, conforme declarou triunfantemente ao regressar à Inglaterra, significava "a paz para nossa época". A 3 de outubro, declarou ao ministério britânico: "Encontramo-nos, agora, numa situação de maior esperança, e [...] os contatos que se estabeleceram com as Potências do Ditador abriram a possibilidade de que seremos capazes de chegar a algum acordo com elas, o qual haverá de deter a corrida armamentista".

As esperanças de paz de Chamberlain não sobreviveram ao inverno. Tão logo se resolveu a crise tcheca, o governo alemão começou a pressionar os poloneses para levá-los a concordar com a construção, pela Alemanha, de uma estrada e de uma ferrovia extraterritoriais através do corredor polonês, e com a devolução de Dantzig à Alemanha. Os habitantes alemães do porto lituano de Memel clamavam por unirse à Alemanha. Enquanto isso, a 21 de outubro, Hitler instruiu suas forças armadas para se prepararem "para esmagar o restante do Estado tcheco, para que ele não desenvolvesse uma política antigermana" e no início de 1939 deu início à campanha para pôr em execução o desmembramento interno da Tchecoslováquia, estimulando as reivindicações polonesas, húngaras e eslovacas e provocando os eslovacos a declarar sua independência. A 15 de março, soldados alemães invadiram o restante do Estado tchecoslovaco. Uma semana depois, o porto lituano de Memel foi tomado pela Alemanha.

CONTINUAÇÃO  
DESPESEITOS  
HITLER

16

1ª REUNIÃO

-CHAMBERLAIN

HITLER

2ª REUNIÃO

CONF.

MUNIQUE

16



Na Grã-Bretanha, o otimismo de outubro transformava-se agora em profunda irritação diante do cínico desrespeito de Hitler aos compromissos que assumira em Munique. No Parlamento e por todo o país havia uma forte onda de sentimento de que Hitler devia ser detido antes que se tornasse o senhor de toda a Europa continental. A Polônia parecia ser o próximo alvo de Hitler e havia boatos de que era iminente um ataque militar. A 22 de março, Memel foi ocupado pela Alemanha. Nessas circunstâncias, o gabinete britânico tomou a medida a que resistira por vinte anos. A 31 de março, ofereceu garantias à Polónia de que, se ela fosse vítima de um ataque não provocado, a Grã-Bretanha iria em sua ajuda. O governo francês o imitou, e garantias semelhantes foram oferecidas à Romênia e, depois da invasão italiana da Albânia na segunda semana de abril, também à Grécia. Porém, apesar do notável rearmamento que havia ocorrido tanto na Grã-Bretanha quanto na França, eram grandes os problemas para tornar efetivas essas garantias. Como poderia a Grã-Bretanha ou a França ajudar diretamente a Polónia no caso de um ataque alemão? Poderiam fornecer armas e ajuda financeira, mas por quanto tempo deveria a Polónia lutar sozinha, até que as tropas francesas fossem mobilizadas atrás da linha Maginot e que o governo britânico reunisse uma força expedicionária para combater ao lado dos franceses? Somente a Rússia poderia oferecer ajuda militar imediata, e o governo polonês era inflexível quanto a que nenhum soldado russo seria autorizado a pisar em território polonês. A Rússia não havia sido incluída nas negociações de Munique, e o governo francês não fizera, de fato, qualquer tentativa, desde 1935, para fortalecer o pacto franco-russo ou para forçar a realização de conversações conjuntas de autoridades militares. Sabia-se que houvera um rigoroso expurgo das forças armadas russas entre 1936 e 1938, e os especialistas não tinham certeza quanto à eficiência e à capacidade de luta das forças armadas russas. Por outro lado, a Rússia não podia

UK & FRA  
ESTENDEM  
GARANTIAS  
A POLÓNIA

continuar sendo ignorada. Sua ajuda contra a Alemanha era extremamente necessária e, em consequência disso, os governos britânico e francês procuraram começar a discutir com diplomatas russos, para verificar que tipo de ajuda a Rússia estava disposta a oferecer.

Contudo, a garantia das potências ocidentais à Polónia havia colocado a Rússia numa posição muito forte para negociar. Antes de março, Stálin tivera motivos para temer que a marcha aparentemente inexorável de Hitler para o leste estivesse sendo estimulada pela Grã-Bretanha e pela França e, mais cedo ou mais tarde, resultaria num ataque armado à Rússia. Agora, porém, um ataque alemão à Polónia envolveria automaticamente a Grã-Bretanha e a França numa ação militar, o que dava à Rússia certa liberdade de manobra. Podia dar-se ao luxo de exigir condições favoráveis dos governos britânico e francês, e também lançar balões-de-ensaio à Alemanha a respeito de um possível acordo. Assim, enquanto a Grã-Bretanha e a França lutavam para negociar um acordo político e militar com a Rússia, Stálin elevava cada vez mais suas exigências, querendo compromissos militares precisos e liberdade para a Rússia "ajudar" os países da Europa oriental contra ataques militares, mediante envio de tropas para dentro dos respectivos territórios. A Polónia, a Lituânia, a Letónia e a Estónia insistiam em que os governos britânico e francês não concordassem com essa exigência, e uma missão militar que chegou a Moscou em meados de agosto foi ameaçada de um impasse quanto a esse assunto. Uma semana depois, toda a Europa ficou estupefata quando Ribbentrop, em nome de Hitler, e Stálin anunciaram a conclusão de um pacto germano-soviético de não-agressão.

Desde fins de maio, Hitler estava decidido a "atacar a Polónia na primeira ocasião oportuna. [...] De modo algum Dantzig é o tema dessa disputa. Trata-se é da expansão de nosso espaço vital para o leste". Mas a tomada de território polonês naquele momento certamente ocasionaria a guerra,

NEGOCIAÇÕES  
FRA/UK -  
URSS  
X  
URSS - ALE

17



muito embora Hitler desdenhasse da fraqueza dos “pequenos vermezinhos” com quem negociara em Munique. A Alemanha correria o risco do ataque por dois lados; e, embora pudesse esperar apoio italiano, após a conclusão do Pacto do Aço com Mussolini a 22 de maio, Hitler sabia que a Itália estava irremediavelmente despreparada para uma guerra de maior envergadura. Por isso, era imperioso tentar conseguir uma barganha, ainda que temporária, com Stálin a respeito da partilha da Polónia e do estabelecimento de esferas de influência na Europa oriental. Hitler estava confiante em que tal acordo amedrontaria a Grã-Bretanha e a França fazendo-as deixar de cumprir seus compromissos com a Polónia, e prosseguiu com seus planos de invasão da Polónia para início de setembro. Ao contrário, a 25 de agosto, a Grã-Bretanha e a Polónia assinaram um tratado de aliança, e os governos britânico e francês deixaram claro que iriam manter suas promessas de ajuda militar à Polónia. Hitler hesitou — mas só por um dia. Os soldados alemães invadiram a Polónia a 1.º de setembro, e a 3 de setembro a Grã-Bretanha e a França declararam guerra à Alemanha. Em poucas semanas, a resistência polonesa estava esmagada e as tropas alemãs estavam militarmente vitoriosas. Seguiu-se, então, o período da “falsa guerra”, mas não foi feita por Hitler qualquer sugestão de negociações de paz. Ao contrário, começou a planejar a destruição militar das potências ocidentais, e o ataque militar seguiu-se na primavera de 1940. No verão de 1940, grande parte da Europa estava ocupada pela Alemanha, e em 1941 a guerra europeia passou para escala mundial com a invasão da Rússia e o ataque do Japão à marinha dos Estados Unidos em Pearl Harbour.